

Rachel Soares Sampilo

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas
do Porto

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2º Ciclo de Criminologia

Porto, 2016

Rachel Soares Sampilo

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas
do Porto

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2º Ciclo de Criminologia

Porto, 2016

Rachel Soares Sampilo

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas
da cidade do Porto

Ass. _____

Rachel Sampilo

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Criminologia, sob a orientação da Professora Doutora Glória Fernandez-Pacheco Alises.

RESUMO

A presente tese foca-se na violência e consumo de drogas nas escolas da cidade do Porto. O consumo de drogas, a violência e a delinquência juvenil, tem vindo a preocupar a sociedade, daí a necessidade de compreender que a influência têm estes comportamentos um nos outros. Mais concretamente, este estudo tem como objetivos a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o fenómeno do consumo de drogas e do comportamento violento em adolescentes na cidade do Porto. Este é um estudo de autorrelato, uma vez que utiliza o questionário *International Self-Report Delinquency Study*. No mesmo participam 560 estudantes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos. Quanto aos resultados da amostra, no que respeita as diferenças de género e consumo não há diferenças estatisticamente significativas, já no que se refere a idade nota-se um aumento gradual do consumo de drogas, atingindo o seu pico aos 17 anos e logo de seguida um decréscimo acentuado do mesmo. Uma vez comparado o comportamento impulsivo e o consumo de drogas obteve-se resultados estatisticamente significativos, assim como o consumo de drogas e a associação com um grupo de pares que pratica atos ilegais. Comprovando assim o que a literatura nos diz quanto aos fatores de risco.

Palavras-chave: Violência, Consumo de drogas, *International Self-Report Delinquency Study*, Fatores de risco.

ABSTRACT

This thesis focuses on violence and drug use in the Porto's Schools. Drug use, violence and adolescent delinquency, has been concerning the society, therefore the need of understanding how these behaviours have a significant influence each other. Particularly, this case study aims to obtain a deeper understanding of the occurrence of drug use and violent behaviour in adolescents in the city of Porto. This is a self-reported study, since it uses the International Questionnaire Self-Report Delinquency Study. 560 students participated on this study, between the age of 12 and 18 years old. As to the results of the sample, when looking at the gender and drug use there is not a significant statistically difference, while on the matter of the age there is a gradual increase in drug consumption, reaching its peak at 17 and shortly thereafter a sharp decrease of the same. Once compared impulsive behaviours and drug use was obtained statistically significant results, as well as drug use and association with a group of peers who practices illegal acts. Thus proving what the literature tells us about the risk factors.

Keywords: Violence, Drug Use, International Self-Report Delinquency Study, Risk Factors.

Agradecimentos

À Professora Doutora Glória Alises, pelo apoio fornecido para a conclusão de mais esta etapa e pelo convite para participar no projeto ISRD-3. Um muito obrigado.

Aos meus pais, Lídia e Rodolfo Sampilo, pelo apoio e esforço neste meu percurso académico, por acreditarem em mim e darem-me a oportunidade de concluir mais uma etapa da minha vida.

À Ruby, pela paciência, compreensão e apoio. És a melhor e o meu maior orgulho.

À minha irmã Cátia, ao meu cunhado Kamran e sobrinhas, Shiza e Noor, por todo o apoio e presença nos momentos mais importantes.

À minha melhor amiga, Lucinda Giesta, pelos anos de companheirismo, confiança e amizade. Por acreditares que somos capazes de tudo.

À Inês Borges, por acreditares sempre no bom das pessoas, pelos 5 anos de amizade e carinho. Vejo-te como uma das minhas melhores amigas.

Ao João Casaca, pela força, pelo conforto e confiança, por todo o amor que transmites, por todo o apoio, por acreditares em mim e chamares-me a atenção, por seres o meu melhor amigo e sem dúvidas o melhor namorado.

ÍNDICE

Resumo.....	V
<i>Abstract</i>	VI
Agradecimentos.....	VII
Índice de tabelas.....	X
Índice de Figuras.....	XI
Índice de Anexos.....	XII
ÍNDICE.....	8
Introdução	1
.....	3
Capítulo I- Enquadramento Teórico	3
1.1.Violência, Droga e Delinquência juvenil.....	4
1.2.Abordagem teórica da delinquência juvenil	7
1.2.1.Teorias psicológicas.....	7
1.2.1.1.Teoria da personalidade de Eysenck.....	7
1.2.1.2.Teoria da aprendizagem social.....	7
1.2.1.3.Teoria geral da tensão	8
1.2.2.Teorias sociológicas.....	9
1.2.2.1.Teoria da anomia social	9
a.Durkheim	9
b.Merton.....	10
1.2.2.2.Teoria do Laço de Hirschi	11

1.2.2.3. Teoria da Associação Diferencial de Sutherland	12
1.2.2.4. Teorias das Subculturas Delinquentes	13
a. Cohen	13
1.2.3. Teorias Desenvolvimentais	15
1.3. Teoria da Ação Situacional	18
1.4. Fatores de Risco e Proteção	19
1.5. <i>International Self-Report Delinquency Study</i>	21
Capítulo II- Estudo Empírico	24
2.1. Metodologia	25
2.2. Objetivos Geral e Específicos	25
2.3. Hipóteses	25
2.4.4. Participantes	26
2.4.5. Instrumento	26
2.4.6. Procedimento	26
2.5. Resultados	27
2.6. Discussão de resultados	41
3. Conclusão	45
III. Referências Bibliográficas	48
Anexos	56

Índice de Tabelas

Tabela 1. Prevalência de comportamento antissocial/delitivo.....	29
Tabela 2. Prevalência do consumo de álcool, drogas leves e drogas pesadas.....	29
Tabela 3. Prevalência no consumo por género.	30
Tabela 4. Relação entre fatores individuais e o Policonsumo.	31
Tabela 5. Tabela de referência cruzada controlo parental e consumo de drogas.	32
Tabela 6. Análise da relação entre o grupo de amigos que valida atos ilegais e o consumo de álcool, drogas leves e pesadas.....	32
Tabela 7. Análise da relação entre as lutas, atos ilegais, assustar/incomodar e o consumo de álcool, drogas leves e pesadas.....	33
Tabela 8. Análise da relação entre a tipologia de grupo de pares e o consumo de álcool, drogas leves e pesadas.	34
Tabela 9. Modelo de regressão linear.	38

Índice de Figuras

Figura 1. Caracterização sociodemográfica quanto ao género.	28
Figura 2. Caracterização sociodemográfica quanto a idade.	28
Figura 3. Tabela de referência cruzada entre idade, consumo de álcool, drogas leves e drogas pesadas.	31
Figura 4. Consumo e não consumo de drogas e o comportamento antissocial.	35
Figura 5. Consumo e não consumo de álcool, drogas leves e pesadas e delito contra pessoas.	36
Figura 6. Consumo e não consumo de álcool, drogas leves e pesadas em relação ao género.	37

Índice de Anexos

Anexo I- Questionário <i>International Self-Report Delinquency Project (ISRD-3)</i>	57
Anexo II- Autorização de utilização dos resultados.....	75
Anexo III- Consentimento informado para menores de idade.....	77
Anexo IV- Consentimento informado para maiores de idade.....	80

Introdução

A presente dissertação debruça-se sobre a eventual relação entre a violência e o consumo de substâncias, no âmbito da população adolescente. Trata-se de um fenómeno pertinente como pode verificar-se pela análise a alguns estudos.

De acordo com o estudo realizado por Monteiro, Araújo, Sousa, Martins e Silva (2012), realizado com 196 estudantes, foi possível constatar uma prevalência de consumo de drogas, sendo as drogas mais consumidas a *cannabis*, o *crack* e solventes, e como local de consumo a casa dos amigos. Numa investigação realizada com 60.973 adolescentes, revelou consumo de álcool por parte destes jovens, e o seu envolvimento em situações de violência física, na sua maioria do género masculino (Andrade, Yokota, Sá, Silva, Araújo, Mascarenhas & Malta, 2012). Outro estudo com a participação de 568 estudantes apurou que os principais motivos para o consumo de drogas por parte dos inquiridos foram a curiosidade, o divertimento/prazer, os amigos e por fim, a família (Pratta & Santos, 2006). Noutra pesquisa com uma amostra de 870 jovens verificou o consumo de álcool, assim como de outras drogas, sendo o tabaco e a *cannabis* as drogas mais consumidas. Como local do primeiro contacto com estas substâncias, estes identificam a residência familiar, dos amigos/conhecidos. Ainda neste estudo os níveis de agressividade e impulsividade foram considerados bastante elevados (Almeida, Trentini, Klein, Macuglia, Hammer & Tesmmer, 2014).

Quanto à violência, esta é classificada como um problema de saúde pública, que adota uma diversidade de configurações e que incluem nestes atos indivíduos cada vez mais jovens (Salles, Silva, Revilla & Fernandez, 2014; Silva & Pereira, 2008), estes mesmos atos têm provocado uma imensa preocupação e perplexidade na sociedade em geral, já que esta influencia a vida das comunidades e dos jovens em específico (Salles *et al.*, 2014). O mesmo acontece com o consumo de drogas uma vez que este não pode ser considerado como pontual nem local, mas sim uma problemática mundial com resultados graves não só para aqueles que consomem, mas também para a comunidade em que estes se inserem e no seu meio familiar (Chavez, O'Brien & Pillon, 2005; Coutinho, Araújo & Gonties, 2004; Fiorini & Alves, 1999; Gómez *et al.* 2007; Lemos *et al.*, 2007; Portugal & Siqueira, 2011; Saldivia & Vizcarra, 2012; Silva *et al.* 2006; Wright & Palfai, 2012), estas consequências não diferenciam no género, na etnia, na classe social e na idade dos indivíduos (Tomaz, *et al.*, 2014).

O mesmo se passa com a delinquência juvenil, que atualmente se tornou numa preocupação a nível global, causado pelo seu aumento, sendo a mesma o foco de diversas investigações, conferências e projetos de ações públicas e de segurança pública (Luzes, 2010; Moreira, 2013). A delinquência é ainda conectada ao consumo de substâncias, pois fornece não só um contexto, mas também um grupo de pares úteis para o seu envolvimento neste tipo de consumos (Gatti, Braker & Rocca, 2015), assim como a violência, que se tornou comum entre os jovens (Andrade, *et al.*, 2012).

Neste sentido, nos anos 90 surge na Holanda, da equipa da professora Josine Junter-Tus e em parceria com universidades de diferentes países da Europa, o projeto *International Self-Report Delinquency Study* com o objetivo de proceder á coleta dados relativos ao fenómeno da delinquência juvenil e a vitimização das amostras comparáveis através de um instrumento de autorrelato que permitisse colmatar as lacunas das estatísticas oficiais relativamente a delinquência juvenil. O projeto contempla a observação e comparação de diferenças, semelhanças e tendências na criminalidade e vitimização entre países, tendo essencialmente como foco principal a Europa, mas a amostra também inclui uma série de países não europeus.

Mais concretamente, o instrumento utilizado neste estudo, a terceira versão do projeto, *the International Self-Report Delinquency Study (ISRD-3)*, tem como objetivos o testar de diferentes teorias criminais relacionadas com a delinquência juvenil, como a teoria da anomia institucional, da justiça procedimental, a teoria da ação situacional e a teoria das atividades rotineiras. Tem também como objetivo observar e comprar diferenças, similaridades e tendências na vitimação e no ofensor, em diferentes países.

Por fim, esta tese será dividida por duas partes, numa primeira fase far-se-á referência ao conteúdo teórico, de maneira a expor a pertinência do estudo em causa, e a segunda, dirá respeito a parte empírica da mesma.

Capítulo I- Enquadramento Teórico

1.1. Violência, Droga e Delinquência juvenil

Como foi anteriormente mencionado a violência é um problema de saúde pública grave (Whiteside, Ranney, Chermack, Zimmerman, Cunningham & Walton, 2012), e pode estar associada ao uso de substâncias, a relações familiares e grupos de pares pobres e percepção escolar pobre (WHO, 2008). Tem também suscitado interesse nas ciências humanas, sociais e da saúde, uma vez que é de interesse perceber as motivações para tais ações (Formiga, 2012).

No que diz respeito às drogas, a partir dos anos 60 notou-se um aumento significativo, nas camadas jovens, no contacto com as drogas, este aumento foi de tal forma expressivo, que se transformou num problema sério em diversos países (WHO, 2008), uma vez que atuam negativamente a nível emocional e físico nos indivíduos (Nardi, Cunha, Bizarro & Dell’Aglío, 2012). Sendo que a droga ilícita de eleição é a *cannabis* (WHO, 2008).

Já a delinquência juvenil é uma expressão empregue para descrever as infrações à lei cometidas por jovens (Nardi & Dell’Aglío, 2010).

Deste modo torna-se relevante definirmos o termo violência, drogas e delinquência juvenil, para uma melhor compreensão acerca da temática aqui trabalhada.

Assim, a violência é definida como a ameaça ou o uso de força física contra uma pessoa ou um grupo de pessoas, que pode resultar numa lesão ou morte (Dahlberg & Potter, 2001). Ou como uma questão social, política e económica, que está ligada às questões familiares, aos valores e à educação. Esta é um processo com diversas faces que se guiam em função do contexto sociocultural, deixando assim de se limitar a uma determinada camada social, racial, económica e geográfica (Abromavay *et al.*, 2002; Oliveira, Chamon & Maurício, 2010).

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “o uso intencional de força física ou poder, de ameaça ou real, contra si ou outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que pode resultar ou tem uma probabilidade elevada de resultar em lesões, morte, danos psicológicos, défices de desenvolvimento ou privação”.

Pode ser também considerado como grupo de condutas e ações que podem ser tidas como desviantes e que incluem atos desde as incivilidades até ao crime (Lourenço, 2010). Assim como uma junção de respostas e ações, com um objetivo concreto, que

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto acarreta consequências danosas ou lesivas para as pessoas, animais ou coisas (Pueyo, 2004).

No que diz respeito às drogas Fernandes (1997) define-as como substâncias, que manuseadas voluntariamente por um sujeito têm o objetivo de interferir nas próprias vivências psíquicas e podem originar uma futura dependência. Quanto à Organização Mundial de Saúde, esta define-a como qualquer substância que causa alterações e efeitos no sistema e desempenho do organismo, devido ao seu caráter químico (Fonte, 2006). Já segundo os autores Doron e Parot (1998), a droga, no seu sentido psicológico, é estabelecida como uma substância com características farmacológicas, que leva à tolerância, à dependência e à toxicomania. Quanto a Jervis (*cit in.* Fernandes, 1997), a droga é considerada como um grupo de substâncias químicas inseridas deliberadamente, pelo indivíduo, no organismo com o intuito de alterar o seu estado psicológico e que, de modo geral, podem criar uma situação de dependência no mesmo.

Ao consumo de drogas estão elencadas diversas consequências, sendo estas a nível individual, social e político-económico. O primeiro afeta não só o organismo, mas também o comportamento e o funcionamento daquele que consome, já o segundo, provoca um mal-estar familiar e da comunidade, por fim, a consequência a nível político-económico é gerado, pelos efeitos negativos do fabrico e venda destas substâncias (Nunes & Jóluskin, 2010).

No que respeita ao contexto português, houve uma descriminalização do consumo de drogas, que vigora desde a entrada em vigor da Lei nº 30/200 de 29 de Novembro, que deste modo se centra não só em medidas de prevenção e educação, mas também em conceitos de redução de danos, na melhoria e generalização do acesso aos programas de tratamento, e promoção à inclusão de programas de reinserção social para toxicodependentes (Domosławski, 2011). Desta forma, houve uma redução de consumo entre os jovens, uma diminuição da taxa de mortalidade, e um decréscimo das doenças relacionadas ao consumo de estupefacientes, fazendo com que a adoção a esta medida fosse positiva (Martins, 2013).

A adolescência é uma etapa de achados significativos, de consolidação da personalidade, à experimentação de poder e controlo sobre os próprios. Mas também, sucede uma diferenciação natural, uma procura pela individualidade, onde o sujeito se distancia da família e busca por um grupo de pares que partilhem os mesmos interesses.

De modo que, a adolescência é considerada como uma etapa difícil e especial (Amorim, 2014; Silva, 2014).

Neste período há uma associação a sinais de psicopatologia e condutas na vida adulta, que podem ter início na fase da adolescência, são estes o abuso de drogas ou o cometimento de atos delituosos. Sendo esta uma etapa repleta de modificações e evoluções, o grupo de pares é identificado como um dos mais importantes e influentes na vida dos adolescentes. Estes intervêm no comportamento e no progresso do indivíduo, mantendo uma relação de mutualidade e igualdade, e quando se identificam com o grupo de pares, desenvolvem a sua identidade social e a categorização social (Amorim, 2014).

Quanto à delinquência juvenil, esta traduz-se na violação ou transgressão de normas socialmente estabelecidas ou atos cometidos contra as pessoas (Negreiros, 2001), ou uma variedade de condutas realizadas por jovens, que jurídica e socialmente são reprováveis (Rodrigues, 2013). Sampaio (2010) considera que a delinquência juvenil é um subconjunto de padrões desviantes que transgridem os regulamentos por insensatez, conveniência, recusa ou como forma de desafio.

A delinquência pode ser vista de perspetivas diferentes, tais como, social, psicopatológica e legal. Segundo a perspetiva social, a delinquência juvenil pode ser compreendida como um conjunto de comportamentos exercidos por jovens que transgridem as expectativas institucionais como legítimas num sistema social (Negreiros, 2001). Já numa perspetiva psicopatológica, a delinquência está associada a uma perturbação do comportamento (APA, 2002), existindo assim um comportamento antissocial permanente, que pode interferir em todos os campos da vida do indivíduo de forma negativa. Assim sendo, o jovem expressa todo um conjunto de comportamentos antissociais e de oposição que envolvem agressões a pessoas e animais, destruição da propriedade, falsificação ou roubo e uma violação das regras impostas. Como formas mais precoces que predizem outras perturbações psicológicas, estão elencados o consumo de droga, abandono escolar, suicídio e criminalidade na adolescência e idade adulta. Importa ainda referir que à medida que o jovem cresce, prevalece uma grande resistência à mudança. Por último, numa perspetiva legal, a delinquência juvenil acontece quando um indivíduo pratica atos legalmente puníveis onde foi necessário um contacto oficial com os tribunais (Negreiros, 2001).

Assim, a delinquência é considerada como uma classe do desvio, uma vez que, são os atos cometidos pelas crianças e jovens que, juridicamente, figuram a prática de um crime ou a infração dos princípios jurídicos instituídos (Rodrigues, 2013).

Em suma, importa ainda diferenciar o comportamento antissocial da conduta delitiva. Enquanto que o comportamento antissocial se define pelas condutas que afrontam a ordem social e desrespeitam as normas sociais, o comportamento delitivo diz respeito a condutas merecedoras de pena, suscetíveis de originar danos morais/físicos graves (Bartolomé & Rechea 2009; Sintra & Formiga, 2012).

1.2. Abordagem teórica da delinquência juvenil

1.2.1. Teorias psicológicas

1.2.1.1. Teoria da personalidade de Eysenck

O comportamento criminal é descrito como a consequência da ação entre fatores ambientais e características hereditárias (Fonseca & Borja, 2010). Sendo repartida por três fatores designados por E (Extroversão-Introversão), N (Neuroticismo-Estabilidade) e P (Psicoticismo-Superego) (Eysenck & Zuckerman, 1978), desta forma, a extroversão, o neuroticismo e o psicoticismo caracterizam a personalidade criminosa (Fonseca & Borja, 2010). O vínculo entre a extroversão e a busca de sensações tem sido observada nos grupos de consumidores de drogas, de delinquentes e psicopatas (Eysenck & Zuckerman, 1978), do mesmo modo que a ligação entre impulsividade e a busca de sensações pode justificar a conduta antissocial (Romero, Luengo & Sobral, 2001), tal como na conduta antissocial de um jovem podem ser observados traços de neuroticismo e impulsividade (Formiga, Aguiar & Omar, 2008).

Resumindo, a busca de estímulos, intensidade e a procura de novas experiências são identificadas como necessárias para o comportamento delinvente, (Romero, *et al.*, 2001).

1.2.1.2. Teoria da aprendizagem social

Esta doutrina refere que tanto a conduta conformista como a desviante têm o mesmo processo de aprendizagem tal como na sua estrutura social, na interação e situação. Aqui estão inclusos fatores facilitadores do crime, como também fatores de prevenção e proteção. Este conceito divide-se em quatro noções: a associação diferencial, definições, fortalecimento diferencial e imitação (Akers & Jensen, 2006).

Mais concretamente, a associação diferencial refere-se a ligação e interação direta com grupos que se envolvem em determinados tipos de condutas, de valores e determinadas atitudes, como também na associação e identificação indireta com grupos mais distantes. Estes grupos viabilizam o contexto social no qual os instrumentos de aprendizagem social operam. Assim, maior é a probabilidade do indivíduo se envolver em condutas criminais ou desviantes quando há maior exposição a atitudes e comportamentos desviantes (Akers & Jensen, 2006).

Quanto as definições, estas são as racionalizações e justificações que definem a prática de atos relativamente certos ou errados, apropriados ou inapropriados. É o rumo do indivíduo, para atos ou uma série de atos e para certas situações que fornecem oportunidades ou a falta delas para o cometimento de um crime (Akers & Jensen, 2006).

Já o fortalecimento diferencial refere-se ao balanço antecipado feito pelo indivíduo, de recompensas ou consequências da sua conduta. Se o indivíduo se contém ou comete um crime a dada altura, vai depender do balanço que este fez do passado, presente, e na antecipação de ganhos futuros e eventuais punições para as suas ações (Akers & Jensen, 2006).

Finalmente, a imitação alude ao envolvimento do indivíduo em atitudes observadas direta ou indiretamente de condutas similares de outros indivíduos, se o comportamento exibido por outros é ou não reproduzido este é afetado pelas particularidades do indivíduo, do comportamento e das consequências observadas. No entanto, a imitação é relevante no instante inicial da aprendizagem e na prática da conduta do que na manutenção ou cedência dos padrões do comportamento uma vez adquiridos (Akers & Jensen, 2006).

Concluindo, estes conceitos definem uma sucessão de variáveis que fazem parte de um método implícito do processo de aprendizagem de cada indivíduo (Akers & Jensen, 2006).

1.2.1.3. Teoria geral da tensão

Esta teoria refere que na existência de um conjunto de tensões e stresse, maior é a probabilidade de se cometer um crime (Agnew, 2009).

As tensões podem ser causadas pela incapacidade do indivíduo na produção de metas, na perda de estímulos de valor positivo e na aquisição de incentivos negativos,

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto tornando o crime um processo de redução ou escape às tensões, podendo também conduzir o indivíduo ao consumo de drogas, como forma de atenuar as emoções negativas (Agnew, 2009).

O comportamento criminal destes indivíduos está conectado à sua capacidade de *coping* (legal ou ilegal), no custo e na disposição para o crime. Em contrapartida, estes fatores são influenciados por diversas variáveis, são estas, o suporte social convencional, controlo social, associação a pares delinquentes e exposição a situações que podem conduzir ao crime. Ainda nos fatores que podem influenciar o indivíduo, estão também apontados, a rejeição parental, a disciplina errática, excessiva ou dura, a negligência e os maus tratos infantis (Agnew, 2009).

Em suma, o desenvolvimento de emoções negativas, causadas pelas tensões, podem originar uma limitação da capacidade de *coping*, uma diminuição da preocupação dos custos do crime e um aumento da disposição para o mesmo (Agnew, 2009).

As teorias que se focam na perspectiva individual incluem na sua base os fatores genéticos/ biológicos (Richman & Fraser, 2001) e fatores associados à personalidade/ temperamento (Nunes, 2010).

1.2.2. Teorias sociológicas

1.2.2.1. Teoria da anomia social

a. Durkheim

Este autor centralizou-se na coesão social, no efeito exercido pela sociedade no vínculo social, explicados pelos conceitos “anomia” e “densidade moral” (Gomes, 2013), em que a anomia é entendida como a inexistência de normas presentes na sociedade, sendo esta a base da falta de coesão social, já a densidade moral faz alusão à presença de valores e a consolidação de vínculos (Coutinho, 2014; Pais, 2012).

Então, este declara que é a configuração do laço social que possibilita uma explicação acerca da ordem social geral, pois este conecta os sujeitos entre si, como também liga-os à coletividade. Desta forma, nas sociedades tradicionais, os indivíduos compartilhavam os mesmos sentimentos e valores, pois a consciência coletiva se sobrepunha a individual, o que significa que havia um nível de força e coesão entre eles. No entanto, nas sociedades modernas, com a distribuição de trabalhos, houve uma mudança que se exteriorizou nas distinções de funções e tarefas, mas também afetou as

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto
consciências, deixando de ser coletiva e passando a ser individual, levando a que houvesse uma diminuição da “densidade moral”, o que significou o surgimento de múltiplas patologias, uma sendo a anomia (Aguiar, 2012).

Logo, para Durkheim (*cit in* Aguiar, 2012), a anomia aponta para a perda de valores, para a inexistência de referências e para a fragmentação das relações sociais. Assim, esta é entendida como uma disposição geral de desordem, ou seja, para uma sociedade anômica, há uma isenção de normas e que, deste modo, é inapto no controlo dos instintos, das ambições e dos interesses individuais.

Deste modo a delinquência juvenil dá-se devido a uma quebra dos vínculos sociais, contrariamente, caso o jovem possua um laço social fortalecido, o controlo social exercerá sobre ele um efeito positivo, ou seja, encontra-se “protegido” da delinquência juvenil (Cusson, 2002).

b. Merton

Este autor, ao contrário de Durkheim, define anomia como uma condição de tensão entre os ideais apresentados pela sociedade e os recursos para os alcançar (Gomes, 2013). Isto porque segundo Merton (*cit in* Gomes, 2013), a discrepância entre a imagem social, as oportunidades e os métodos para os alcançar, geram um desfasamento entre as classes sociais, uma vez que estas mesmas oportunidades são díspares.

Desta forma para os alcançar, os indivíduos adaptam-se de diferentes maneiras, através do conformismo, do ritualismo, da evasão, da rebelião ou da inovação, é esta última que pode resultar na desviância. Já que estes acedem em completo aos objetivos sociais do sucesso e determinam atingi-los a qualquer custo. Deste modo, esta forma de alcançar o sucesso será mais frequente nos meios socioeconómicos baixos, onde há uma maior influência para o desvio. Já que os recursos legítimos nestes meios são mais escassos, e numa sociedade em que se enaltece em excesso o sucesso material, a delinquência tende a ser mais constante do que em meios mais favorecidos (Cusson, 2002).

Neste sistema, o nível de anomia avalia-se segundo a falta de consenso comparativamente a conservação e aplicação das normas tidas como legítimas, já que a violação desta gera condições de insegurança e dúvida nas relações sociais (Aguiar, 2012).

Ainda de acordo com Merton, os objetivos culturais, as normas institucionalizadas e as oportunidades reais são autónomas entre si, o que pode originar estados de desfasamento mútuo, este desfasamento da estrutura cultural pode adotar dois níveis, que expressam as manifestações mais graves de fragmentação cultural (Aguiar, 2012; Lisboa, 2008).

Assim, a anomia e as condutas desviantes, não passam de consequência da condição de desintegração, que põem os membros da sociedade em posições de desequilíbrio e de eventual oposição (Aguiar, 2012; Lisboa, 2008).

Deste modo, pode-se assim concluir que são determinadas circunstâncias sociais, em concreto, o sistema económico, que fomentam a delinquência e o crime (Aguiar, 2012).

1.2.2.2. Teoria do Laço de Hirschi

Ao contrário de outras teorias, em que a pergunta realizada é “porque razão certos indivíduos cometem crimes?”, a teoria do Laço de Hirschi tem como pergunta base o “porque é que a maioria das pessoas respeita a lei?” (Cusson, 2002).

Hirschi constrói a sua teoria com base no laço social, ou seja, no vínculo que liga os indivíduos aos valores básicos e comportamentos esperados pela sociedade. Uma vez que usualmente o vínculo social é estabelecido durante a infância através da ligação aos pais, aos pares, entre outros, que manifestam e moldam a conformidade esperada e respeitam as sanções. Ou seja, caso o laço social de um indivíduo esteja firmemente intacto, não será encontrado nenhum padrão, no que respeita ao comportamento delincente, caso contrário, se o vínculo social for fraco ou ausente, pode ser esperado algum tipo de comportamento delincente (Thompson & Bynum, 2010).

Este autor enumera assim quatro elementos do laço social que ligam os indivíduos a sociedade, são estes: i) vinculação- expõe a formação de vínculos que um indivíduo cria com figuras e instituições convencionais (Gomes, 2013) e significa o quanto estes se preocupam com as outras pessoas (Thompson & Bynum, 2010); ii) empenhamento- o indivíduo procura objetivos convencionais, como o desenvolvimento de uma carreira (Thompson & Bynum, 2010); iii) investimento- refere-se ao tempo aplicado pelo indivíduo em atividades convencionais que desta forma reduz a sua disponibilidade para atividades não convencionais; iv) crença- alude a relevância da perceção do indivíduo acerca das normas sociais, ou seja, caso a lei seja percebida como correta e adequada,

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto então provavelmente será respeitada, contrariamente, se houver dúvidas acerca da sua viabilidade e validade, torna-se assim provável a sua infração (Gomes, 2013; Thompson & Bynum, 2010).

Assim, o comportamento delinquente manifestar-se-á a partir do momento em que estes quatro elementos falhem, pois o vínculo social do jovem será fraco e conseqüentemente não possuirão qualquer tipo de arrependimento por infringirem as normas sociais (Gomes, 2013; Thompson & Bynum, 2010).

Para concluir, o autor pretendeu admitir a possibilidade de que cada sujeito possa ser um possível desviante, contudo, para que este resista à desviância, é necessário que estejam presentes os vínculos com a sociedade, uma ligação às atividades e organizações convencionais, assim como uma conformidade com os princípios sociais (Coutinho, 2014; Pais, 2012).

1.2.2.3. Teoria da Associação Diferencial de Sutherland

Esta teoria retém a ideia de que a maioria da conduta delinquente é adquirida através do convívio com elementos criminais ou delinquentes, que estão presentes, e são aceites e recompensados num determinado meio físico e social (Thompson & Bynum, 2010), ou seja, caso o indivíduo esteja inserido num meio estável, a socialização é extensivamente guiada por princípios e valores positivos, contrariamente, se o indivíduo se encontrar em zonas em que a delinquência é elevada e há uma presença de tradições criminais, então, segundo esta teoria, este mais facilmente se tornará delinquente, caso seja sujeito constantemente e intensamente a ambientes que desrespeitem à norma (Coutinho, 2014; Pais, 2012; Thompson & Bynum, 2010).

O autor explica ainda que o comportamento delinquente não é hereditário, é no entanto, o resultado de uma aprendizagem percebida através do convívio com outros sujeitos, grupo de pares, e de um sistema de relação verbal ou não verbal (Aguiar, 2012; Lisboa, 2008; Pais, 2012). Assim, neste caso a aprendizagem é realizada devido a experiências globais e de ocorrências presentes, situacionais e que inclui práticas essenciais para o cometimento de uma transgressão (Aguiar, 2012).

A teoria da Associação Diferencial é sintetizada com base em nove proposições, no entanto apenas uma é o suporte da mesma, esta refere que a conduta delinquente do indivíduo não é movida apenas por impulsos, mas também por motivações e atitudes, deve-se sobretudo à influência de fatores favoráveis ou não favoráveis para a violação da

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto
lei (Pais, 2012; Thompson & Bynum, 2010). Contudo, o nível de empenho tanto para a conformidade ou para uma carreira desviante variará entre os indivíduos (Thompson & Bynum, 2010).

Finalmente é necessário lembrar que na sociedade urbana, ao contrário da rural, há uma maior mobilidade, diversidade e anonimato o que pode estimular a participação na delinquência e no crime (Aguiar, 2012, Lisboa, 2008).

1.2.2.4. Teorias das Subculturas Delinquentes

Para os autores, há um subsistema de saber, crenças e atitudes que viabilizam ou impossibilitam o surgimento de condutas desviantes, pois estes terão de encontrar-se inseridos no meio cultural do sujeito de forma a serem agregados à sua personalidade, em conformidade com o que ocorre com os demais elementos da cultura que lhe rodeia (Aguiar, 2012; Lisboa, 2008).

Particularmente, estas teorias referem que, em relação aos demais elementos não desviantes, em termos de personalidade, não há diferenças consideráveis daqueles que escolhem o caminho do desvio, o que significa que, tanto o desvio como a norma são o produto de um sistema de aprendizagem cultural (Aguiar, 2012; Lisboa, 2008).

Deste modo, o crime não é mais do que a interiorização de um código moral ou cultural, assim como a sua obediência, conveniente à delinquência, deste modo, o indivíduo delincente tem que ser observado apenas como um indivíduo ordinário, uma vez que este apenas assimilou o método de aprendizagem e de socialização a que foi submetido (Aguiar, 2012; Lisboa, 2008), e ao obedecer as normas subculturais, o indivíduo apenas se limitou a conformar-se às expectativas dos restantes sujeitos que funcionam como modelo (Lisboa, 2008).

Finalmente, tem-se em consideração que a sociedade está formada de maneira a expor as disparidades entre as classes sociais, no entanto, estas diferenças não põe em causa, o indivíduo, dentro dos valores comuns, como o sucesso e o *status*. Quando os sujeitos se sentem insatisfeitos com este sistema de valores, para o qual não se encontram preparados, procuram soluções alternativas, como a delinquência (Lisboa, 2008).

a. Cohen

Para este autor, a delinquência mais não é que o resultado de uma restrição de metas e da insatisfação no que diz respeito ao estatuto (Thompson & Bynum, 2010), já que estes

estão introduzidos numa subcultura predominantemente masculina centralizada na força física, na rigidez e pessimismo (Born, 2005). Ainda de acordo com Cohen, os jovens de classes sociais baixas, tal como os de classe média e alta, desejam ser bem-sucedidos e obter um estatuto social elevado, contudo, devido a sua proveniência estes acham que são barrados de atingirem um estatuto, especialmente na escola (Thompson & Bynum, 2010).

Quando a estrutura, a cultura e a organização social geram dificuldades de adaptação, isto conduz os sujeitos a encontrar diferentes táticas para defrontar estes entraves. O que significa que, no momento em que estes sujeitos não conquistam as posições de destaque desejadas, abandonam os aspetos da cultura que para eles são inadequadas, procurando assim elaborar normas e valores que lhes mais adequam, mesmo que estas violem a norma (Lisboa, 2008).

Desta forma a subcultura desviante tem origem quando um grupo de indivíduos buscam reconhecimento, aceitação, realização pessoal e alteração de estatuto, estes são compelidos a avançar com uma ação grupal e a partilhar as mesmas problemáticas e convicções com sujeitos que se encontram na mesma posição que à sua na estrutura social (Lisboa, 2008).

Este autor diz-nos ainda que os jovens de classe baixa, que aspiram atingir um estatuto social alto, num sistema dominante como o da classe média, pode responder de três modos: o jovem universitário, o “jovem de esquina”, e por fim, o jovem delinvente (Thompson & Bynum, 2010).

O primeiro identifica os jovens que aceitam o desafio do sistema de valores da classe média, e através da educação superior e de uma gratificação adiada, tentam atingir um estatuto social em conformidade com as expectativas da classe média. Já o segundo refere-se ao afastamento dos jovens para uma subcultura da classe trabalhadora em que partilham um conjunto de valores comuns, do qual podem atingir um estatuto dentro do grupo sem que para isso tenham de se conformar e competir com a sociedade de classe média, contudo, enquanto este grupo não é especificamente delinvente, no que diz respeito aos seus propósitos, os jovens que escolhem este tipo de resposta, frequentemente envolvem-se em atividades delinquentes. Por último, o grupo dos jovens delinquentes, apenas respondem desta forma, pois tornam-se frustrados com a sua inabilidade de atingirem um estatuto através dos meios convencionais. Desta forma, estes desenvolvem, segundo o autor, a subcultura delinvente, em que os valores e os comportamentos são

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto

contraditórios aos que são defendidos pela classe média, paradoxalmente, ao agirem em conformidade com os valores da sua subcultura, estes jovens encontram-se em harmonia com as expectativas dos grupos, mas são percebidos como não conformistas pela restante sociedade (Thompson & Bynum, 2010).

Assim sendo, pode-se concluir que a delinquência juvenil é apenas uma solução encontrada pelos jovens provenientes das classes mais desfavorecidas à experimentação de decepção sentida a seguir ao investimento fracassado na obtenção de poder e estatuto (Aguilar, 2012; Lisboa, 2008).

1.2.3. Teorias Desenvolvimentais

Ao contrário das anteriores teorias, Moffitt integra na sua tipologia, fatores individuais e de grupo de pares. Uma vez que, o grupo de pares delinquente é um fator influenciável nos padrões antissociais, que se iniciam na adolescência e cessam na vida adulta, sendo este associado a forma mais comum do comportamento antissocial, ao contrário de determinados fatores individuais, que são mais relevantes no comportamento antissocial persistente de início precoce (Bartolomé & Rechea, 2009).

Com esta tipologia, o autor agrega dois elementos acerca da conduta antissocial (Negreiros, 2001), são estes, “a sua tendência para a continuidade ao longo do tempo e o facto de a prevalência se modificar drasticamente com a idade” (Negreiros, 2001, pp.102).

Desta forma são identificados dois tipos de delinquência. A delinquência limitada à adolescência e a delinquência persistente (Born, 2005; Negreiros, 2001).

Mais concretamente, a primeira os sujeitos exibem condutas antissociais durante a infância, no entanto estas não se alonga na idade adulta (Negreiros, 2001). Especificamente, esta tipologia é composta por passagens ao ato entre as idades de 11 ou 12 anos, ou seja, na adolescência. Os comportamentos delinquentes são heterogéneos, variando em conformidade às oportunidades e situações. Já em questão ao caráter utilitário destes comportamentos, nota-se que entre as idades dos 14-15 anos, há ganhos materiais, de prestígio e de adesão a um grupo, este tipo de delinquência é frequentemente exploratória e indica um cessar com os valores familiares e uma busca de estatuto e protagonismo (Born, 2005).

Desta forma, a desistência deste tipo de condutas é realizado na saída da fase da adolescência, pois este inicia uma vida afetiva e profissional, onde existe estatuto e

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto

responsabilidades, no entanto, atualmente, o facto de se sair da fase da adolescência não significa o abandono dos comportamentos ilícitos (Born, 2005).

Já a segunda tem um início precoce, é durante a infância que estão presentes problemas comportamentais, uma vez que o temperamento e a personalidade são marcados por síndromes de hiperatividade ou défice das funções de controlo, existem problemas de aprendizagem ou insucesso escolar, com défices de vinculação nas relações, com os pais e futuramente com adultos convencionais. Este tipo de comportamento é reforçado ainda por pares delinquentes. É marcada também por uma continuação na carreira criminal após o fim da adolescência, pois há fatores ambientais e traços pessoais, da infância, à adolescência até a vida adulta que auxiliam a manutenção destes comportamentos criminais (Born, 2005).

Conclusão, a continuidade da conduta antissocial é a peça central destes sujeitos e, são apenas as atividades praticadas pelos mesmos que se modificam (Negreiros, 2001).

Por sua vez, Fréchette e Le Blanc sugerem uma tipologia de delinquência que se divide por quatro dimensões, são estas, o momento de aparecimento, a quantidade, a gravidade e a persistência. Permitindo assim identificar em que situação o individuo se insere, ou seja, se é uma delinquência esporádica, explosiva, persistente intermédia ou persistente grave (Born, 2005).

A delinquência esporádica, não é habitual, aqui são cometidos um número limitado de atos ilícitos pelos sujeitos, são de fraca gravidade, surgem especificamente na adolescência e não se reproduzem posteriormente. Já a delinquência explosiva, há um aumento nos atos ilícitos, os mesmos são heterogéneos e de gravidade média. Esta tipologia surge quando existem dificuldades familiares ou pessoais. Quanto a delinquência persistente intermédia, esta tem características heterogéneas de longa duração e gravidade intermédia, as ações têm uma trajetória que tem início na infância e persiste na idade adulta, há uma escalada na violência dos atos, e a sua carreira tem períodos de acalmia, no entanto não há desistência antes da idade adulta. Finalmente, a delinquência persistente grave, há uma escalada na numerosidade dos atos e da gravidade ainda na adolescência, que se prolonga na idade adulta (Born, 2005).

Quanto a Loeber, este propõe três trajetórias diferentes para a conduta delinvente, são estas, trajetória agressiva/versátil, trajetória exclusivamente não agressiva e trajetória exclusivamente de abuso de drogas (Negreiros, 2001).

Assim a trajetória agressiva/versátil diz-nos que exibições agressivas durante a fase da infância não são apenas um indicador para a criminalidade violenta, mas também estariam ligadas às formas crónicas de criminalidade e à execução de uma multiplicidade de atos delituosos. Ou seja, esta trajetória é caracterizada por fatores associados ao temperamento (agressividade, hiperatividade, impulsividade, competências sociais fracas), aos grupos de pares e à escola (baixo rendimento escolar, relações deficientes com os pares e adultos) e por fatores associados à taxa de renovação elevada/taxa de remissão baixa (Negreiros, 2001).

Quanto à trajetória exclusivamente não agressiva, considera-se que a execução de condutas antissociais não agressivas no decurso da fase da infância prediz de melhor maneira a execução de crimes contra a propriedade e crimes violentos. Assim pode ser explicada pelo surgimento (durante as fases finais da infância e início da adolescência, ou durante a fase intermédia da adolescência) de problemas comportamentais do tipo não agressivo, não se identificando fatores relacionados ao temperamento. As competências sociais são adequadas, contudo, há um vínculo a pares desviantes e taxa de inovação reduzida/taxa de remissão alta (Negreiros, 2001).

Por último, a trajetória exclusivamente de abuso de drogas argumenta que os problemas comportamentais, tanto na infância como na adolescência, encontram-se ausentes, no entanto, se o consumo de drogas estiver associado ao comportamento problemático há uma hipótese de manifestação tardia deste tipo de trajetória, ou seja, se o consumo de álcool/drogas do adolescente se suceder mais tarde na sua vida, a possibilidade de associação com problemas comportamentais, tais como a agressividade e a realização de pequenos furtos, é diminuta (Negreiros, 2001).

Por outro lado, no contexto português, Agra e Matos, propõem uma teoria caracterizada por três trajetórias que explicam a relação droga-crime nos percursos desviantes, são estas: delinquentes/toxicodependentes, especialistas droga-crime e toxicodependentes/delinquentes (Negreiros, 2001).

A primeira é definida por sujeitos oriundos de famílias pouco estruturadas e com diversas insuficiências, as manifestações de prática antissociais são precoces, definidas pelo seu polimorfismo, presença de abandono escolar, e institucionalizações múltiplas, o primeiro contacto com as drogas acontece antes dos 16 anos e está ligada ao uso de canabinóides em ambiente de grupo, há um progresso no sentido do uso de drogas mais

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto pesadas, tal como a heroína, maioritariamente na fase final da adolescência, e por fim, a conduta antissocial estende-se até a vida adulta (Negreiros, 2001).

Quanto aos especialistas droga-crime são caracterizados não só pela sua ligação ao consumo de drogas, mas também pelas práticas diversas de atos antissociais, estes são provenientes de ambientes familiares mais estruturados, existência de um trajeto escolar regular, ou com problemas de disciplina e de rendimento, o uso de drogas tem início por volta dos 14 anos, com progressão para drogas mais pesadas depois dos 18 anos, o começo da conduta criminal é anterior ao uso de drogas e são definidas pelo seu polimorfismo, sendo o começo da prática antissocial entre os 17 e os 19 anos (Negreiros, 2001).

Por último, a terminologia toxicodependentes/delinquentes designa-se pela forte vinculação à família de origem, o uso de drogas é precedente ao começo da atividade criminal e tem início entre os 14 e os 16 anos, a atividade delituosa tem começo entre os 17 e os 22 anos, é do tipo aquisitivo, ocorrendo um progresso no uso de drogas leves para as mais pesadas, passando por fim, para a atividade delituosa (Negreiros, 2001).

1.3. Teoria da Ação Situacional

A teoria da ação situacional tenta explicar, o porquê de algumas pessoas obedecerem e infringirem as regras morais, do qual o crime é considerado como uma subclasse de um grupo mais geral na violação de regras morais (Winstrom & Treiber, 2009).

O alicerce desta teoria é que não há uma distinção entre quem segue ou transgride as regras morais, daqueles que cumprem ou infringem as regras estipuladas por lei. Desta forma, esta teoria tenta superar a permanente divisão entre explicações individuais e ambientais da ação moral (Winstrom & Treiber, 2009).

Assim, este autor propõe um mecanismo em que liga o individuo ao seu ambiente e às suas ações, ou seja, todas as ações podem ser vistas como o resultado de ações alternativas que o individuo observa e de escolhas de ação que este realiza (Winstrom & Treiber, 2009).

Deste modo, esta teoria baseia-se na destinta suposição acerca da natureza humana e a sua relação com a ordem social, assim como no reconhecimento da ação humana que pode ser causada por hábito ou deliberação racional (Winstrom & Treiber, 2009).

1.4. Fatores de Risco e Proteção

Devido ao aumento do consumo problemático de substâncias (Cáceres *et al.*, 2006; Chiapetti & Serbena, 2007; Milanés *et al.*, 2011) é necessário perceber, que tipo de efeito têm os fatores de risco e de proteção na escolha dos jovens, de enveredar ou não, no consumo de drogas e na execução de atos violentos.

Autores como Chiapetti e Serbena (2007), Hernández *et al.* (2005), Schenker e Minayo (2005), explicam que é durante a período da adolescência que o consumo de drogas tem maiores probabilidades de ocorrer, pois é no seguimento dessa etapa que os jovens apresentam o desejo de adquirirem independência, procuram a sua individualidade, controlo e autonomia.

Contudo, o consumo de drogas por parte dos jovens, não é explicado apenas por causas únicas, mas sim por uma multiplicidade de fatores que podem causar a dependência destas substâncias (Milanés *et al.*, 2011). Assim, e face ao que foi exposto, faz sentido uma referência aos fatores de risco e proteção. É de acordo com Schenker e Minayo (2005) que o risco se define, como uma decisão tomada de livre e espontânea vontade, pelo indivíduo, de se envolver em situações na qual pretende beneficiar de algo, que no entanto, poderá resultar negativamente a um nível psicológico, físico ou material.

Assim sendo, os fatores de risco são fatores que podem originar resultados negativos quer ao nível de saúde, mas também a nível social e do bem-estar (Schenker & Minayo, 2005; Jessor *et al.*, 1995), estes fatores, não são estáticos nem instantâneos, mas sim, dinâmicos e em interação (Nunes, 2010), que podem ser específicos ou não específicos, ou seja, é específico quando gera um resultado negativo particular e é não específico, quando há uma diversidade de variáveis e de resultados negativos (Richman & Fraser, 2001).

Estes fatores encontram-se divididos em individuais, familiares, grupo de pares/escola e comunitários (Milanés *et al.*, 2011; Nunes, 2010; Ribeiro & Sani, 2009; Schenker & Minayo, 2005). Os individuais incluem os fatores genéticos/ biológicos (Richman & Fraser, 2001) e fatores associados à personalidade / temperamento (Nunes, 2010). Os fatores genéticos/ biológicos podem ser enumerados por (Ribeiro & Sani, 2009): i) défice de atenção; ii) hiperatividade; iii) disfunções no Sistema Nervoso Central; iv) baixo quociente intelectual; v) défices ao nível das competências sociocognitivas ou de processamento de informação.

Já os fatores associados à personalidade e ao carácter comportamental referem-se a: i) impulsividade; ii) agressividade; iii) baixo autoestima; iv) problemas comportamentais; v) consumo precoce de substâncias; vi) práticas disruptivas; vii) défice nas habilidades sociais; viii) atitudes antissociais; ix) desordem de conduta (Cáceres *et al.*, 2006; Nunes, 2010; Ribeiro & Sani, 2009).

No que diz respeito aos fatores relativos à família, estes enumeram-se da seguinte forma: i) fraco envolvimento parental; ii) práticas educativas deficientes, iii) consumo por parte dos pais; iv) fraca supervisão; v) baixo estatuto socioeconómico; vi) conflitos familiares, vii) permissividade ao uso de drogas pelos pais; viii) família numerosa; ix) famílias monoparentais (Hernández *et al.*, 2005; Nunes, 2010; Ribeiro & Sani, 2009; Schenker & Minayo, 2005).

Relativo aos fatores de grupos de pares/escola, podem ser observados os seguintes: i) associações a pares delinquentes; ii) rejeição social pelos pares; iii) falta de envolvimento em atividades convencionais; iv) baixos resultados académicos; v) baixo compromisso com a escola; vi) fracasso/fraca motivação escolar (Ribeiro & Sani, 2009).

Por último, mas não menos importante, são os fatores comunitários, em que são referidos: i) oportunidades económicas reduzidas; ii) vizinhança desorganizada e com acesso às drogas; iii) elevado nível de disrupção familiar; iv) reduzidas participações comunitárias; v) concentrações elevadas de habitantes empobrecidos (Nunes, 2010; Ribeiro & Sani, 2009).

Depois de examinados os fatores de risco também é necessário fazer alusão aos fatores de proteção. Ora, contrariamente ao risco, a termo proteção representa, segundo Schenker e Minayo (2005, p.711) “ (...) condições de crescimento e de desenvolvimento, de amparo e de fortalecimento da pessoa em formação”. Ou seja, os fatores de proteção são características individuais ou condições ambientais que assistem os sujeitos na resistência aos fatores de risco a que são submetidos diariamente, podem estes ser individuais, familiares, grupo de pares/escola e por fim os comunitários (Nunes, 2010; Ribeiro & Sani, 2009; Schenker & Minayo, 2005).

Os fatores de proteção individuais, ou classificados como tal, podem ser referidos por: i) atitude intolerante à violência; ii) boas estratégias de coping; iii) temperamento resiliente; iv) expetativas positivas face ao futuro; v) habilidades sociais e interpessoais; vi) sentimentos de empatia; vii) controlo emocional (Nunes, 2010; Ribeiro & Sani, 2009).

No que se refere aos fatores de proteção de origem familiar podem referir-se os seguintes: i) ligações à família e outros adultos; ii) capacidade de discussão de problemáticas com os pais; iii) expectativas parentais altas em relação ao desempenho escolar; iv) atividades com os pais; v) envolvimento em atividades sociais; vi) vínculos familiares fortes; vii) apoio familiar na obtenção de autonomia (Ribeiro & Sani, 2009; Schenker & Minayo, 2005).

Quanto aos fatores de proteção relacionados ao grupo de pares/escola e comunidade, podem ser: i) compromisso escolar; ii) boas relações com os pares; iii) aprovação dos amigos pelos pais; iv) atitude positiva e motivacional em relação a escola; v) coesão social; vi) expectativas elevadas por parte da comunidade; vii) comunidades economicamente estáveis; viii) ambientes promotores de saúde e segurança (Ribeiro & Sani, 2009).

Em suma, os fatores de risco e de proteção são fatores autónomos, que no entanto, influenciam-se mutuamente no que pode resultar em condutas pró-sociais ou em condutas antissociais (Nunes, 2010).

1.5. *International Self-Report Delinquency Study*

Este trabalho serve-se do *International Self-Report Delinquency Study* (ISRD) ao contrário do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), pois neste apenas estão introduzidas situações registadas por determinados órgãos de polícia, Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana, e também devido às cifras negras, que ocorrem por causa da falta de denúncia aos órgãos policiais e a não deteção das mesmas (Pais, 2012). Em oposição, o ISRD é um inquérito de delinquência auto-relatada, tornando este instrumento mais competente e legítimo para uma melhor avaliação da delinquência juvenil (Costa, 2013).

O ISRD foi lançado pelo *Dutch Research and Documentation Centre* e teve início em 1990, com estudos pilotos, *workshops* e a realização de trabalhos de maneira a serem exploradas as possibilidades da realização de um estudo internacional verdadeiramente padronizado (Junger-Tas *et al.*, 2010).

O primeiro projeto teve como objetivos, o examinar de variáveis inter-nacional nos padrões dos comportamentos delinquentes autorrelatados; medir o *rank* relativo a prevalência dos diferentes tipos de delinquência juvenil nos países industrializados; estudar as variabilidades inter-nacional nas correlações do comportamento autorrelatado

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto e; contribuir no desenvolvimento metodológico dos métodos de autorrelato (Junger-Tas, *et al.*, 2010).

O incentivo para a realização do ISRD-1 foi a certeza de que uma investigação que se focasse na prevalência da delinquência juvenil seria de grande pertinência para as políticas criminais, como também para as teorias criminológicas (Junger-Tas, *et al.*, 2010). Por outro lado, a maioria das medidas criminais internacionais apenas se referem ao comportamento criminal adulto, assim houve uma maior necessidade de uma melhor compreensão do comportamento antissocial juvenil, assim como do crime cometido por estes. Desta forma, o estudo teve como propósito a contribuição para o desenvolvimento metodológico da metodologia do inquérito de autorrelato (Junger-Tas & Marshall, 2012).

No ISRD-1 participaram 13 países, maioritariamente da União Europeia, teve como alvos de estudo jovens com idades compreendidas entre os 12 até aos 18 anos, 6 destes países usaram uma amostra com base nas escolas, e os restantes utilizaram amostras baseadas na população. Na sua maioria serviram-se de questionários de autorrelato, em papel e caneta, e os restantes realizaram entrevistas (Junger-Tas *et al.*, 2010).

No que diz respeito ao ISRD-2, participaram deste projeto 30 países, em que a amostra tinha que ser baseada nas cidades, sendo o seu centro amostras baseadas em escolas, com uma amostra de 2000 estudantes por país (Junger-Tas, 2010).

Quanto as variáveis do ISRD-1 com significância teórica, estas foram retiradas da teoria do Vínculo Social de Hirschi, focando-se na relação com os pais, no desempenho escolar, no grupo de pares e nas atividades sociais (Junger-Tas *et al.*, 2010; Junger-Tas & Marshall, 2012). Isto posto, foi possível testar a aplicabilidade desta teoria através do contexto social (Junger-Tas *et al.*, 2010). Já para o ISRD-2, as teorias escolhidas para serem testadas foram: a teoria do controlo social, teoria da segunda perspetiva, a teoria do autocontrolo, a teoria das atividades rotineiras e a teoria da desorganização social/eficácia coletiva (Junger-Tas, 2010; Junger-Tas & Marshall, 2012).

Quanto ao ISRD-3 (adaptado do ISRD-2), tem como objetivos observar e comparar as diferenças, similaridades e tendências das transgressões e da vitimização, como também explorar e testar questões teóricas relacionadas à delinquência juvenil.

Este tipo de investigação tem como mérito a inclusão de grupos juvenis que se encontram em desvantagem social, que de outro modo seriam difíceis de serem inquiridos. Por outro lado, um dos desafios mais relevantes é relacionado com o garantir do acesso às escolas e os processos de aprovação, por parte das direções escolares, entre outros (Marshall, *et al.*, 2015).

Em forma de conclusão, o projeto ISRD possibilita ao teste de teorias criminológicas e ao desenvolvimento de conhecimento teórico, assim como, viabiliza a explicação do porquê que os países diferem nos níveis de delinquência, entre outros (Junger-Tas, 2010).

Capítulo II- Estudo Empírico

2.1. Metodologia

Metodologicamente este é um estudo quantitativo, pois quantifica-se no modo da recolha de dados, no tratamento destes, fazendo uso de técnicas estatísticas. É também um estudo descritivo, uma vez que se pretende identificar e categorizar a relação entre variáveis, é correlacional pois possibilita a verificação da ação de determinados grupos de variáveis no surgimento de um fenómeno, ou a relevância destas para perceber ou esclarecer um problema (Richardson, 2008), e é transversal pois ocorre num determinado limite de tempo.

2.2. Objetivos Geral e Específicos

Este estudo terá como objetivo geral a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o fenómeno do consumo de drogas e do comportamento violento em adolescentes na cidade do Porto. Sendo que especificamente se incidirá na identificação/reconhecimento dos fatores de risco e proteção face ao consumo de drogas, e a conexão com comportamentos antissociais ou violentos de jovens entre os 12 e os 18 anos da cidade do Porto. Nomeadamente, pretende-se, compreender a conexão entre o uso de drogas e os comportamentos violentos, compreender a prevalência entre a violência e o consumo de substâncias e perceber se há uma diferença de género nestes comportamentos.

2.3. Hipóteses

Apresentados os objetivos do estudo, seguem-se as hipóteses. H1- existem diferenças no comportamento antissocial entre adolescente da cidade do Porto que consomem drogas; H2- existe diferenças no comportamento violento entre jovens da cidade do Porto que consomem drogas; H3- existem diferenças de género no consumo de drogas nestes jovens.

Uma vez que se tentar perceber qual a influência que o consumo de drogas tem no comportamento antissocial e violento, e no género. Assim as variáveis dependentes são o comportamento antissocial, o comportamento violento e o género, sendo a variável independente o consumo de drogas.

2.4. Método

2.4.4. Participantes

A população alvo do estudo são estudantes inscritos nas escolas secundárias do distrito do Porto, com uma amostra planificada de 1.100 estudantes entre a faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade. No entanto devido à não conclusão do trabalho de campo do projeto ISRD-3 na altura da apresentação deste estudo, as análises terão em conta apenas uma amostra de 560 estudantes.

2.4.5. Instrumento

Será utilizado o *International Self-Report Delinquency Project* (Anexo I), como instrumento, adaptado do *ISRD-2*, este inquérito tem como objetivos observar e comparar as diferenças, similaridades e tendências das transgressões e da vitimização, como também explorar e testar questões teóricas relacionadas à delinquência juvenil. Deste modo, este instrumento, em relação ao estudo em questão, terá relevância para o apuramento dos fenómenos de consumo de drogas e os comportamentos violentos, na compreensão da conexão entre o mesmo consumo e a violência e, se existe diferenciações de género no consumo de drogas.

Não será possível fazer qualquer tipo de alteração ao instrumento, já que o mesmo é parte integrante de um projeto internacional. Foi também solicitado a autorização para o uso dos resultados obtidos para a realização desta tese (Anexo II).

Assim sendo, este inquérito está dividido em 11 questões, começando pelos dados sociodemográficos, seguindo-se pelas questões relacionadas à família, acerca da escola, inquirindo acerca de alguns acontecimentos maus que possam ter acontecido, a respeito do seu tempo livre e sobre os amigos, questiona o jovem sobre o que pensa sobre determinadas situações, como também sobre alguns comportamentos dos jovens, questiona também sobre drogas e álcool, sobre o que os outros jovens iriam pensar de certos comportamentos, acerca do que pensa sobre a polícia e por fim sobre o seu grupo de amigos.

2.4.6. Procedimento

No que se refere aos procedimentos, num primeiro instante foi feito o pedido de colaboração ao Ministério da Educação, de modo a ser possível o acesso às escolas, de seguida foi feito o pedido de autorização às próprias escolas, para que desta forma seja possível o acesso aos estudantes das turmas previamente selecionadas de forma aleatória.

Foi também enviado à comissão de ética da Universidade Fernando Pessoa o projeto da dissertação, obtendo-se um parecer positivo quanto ao mesmo (Anexo III).

De maneira a que a participação dos estudantes fosse viável, foi essencial realizar o pedido de colaboração dos mesmos, aos encarregados de educação (Anexo IV). Neste pedido, os encarregados de educação, foram informados dos objetivos do inquérito, como também foram assegurados de que estes serão anónimos e confidenciais, no entanto, apenas participaram no estudo, os estudantes que obtiveram os consentimentos dos encarregados de educação, para tal foi necessário que os estudantes trouxessem por escrito estas mesmas autorizações devidamente assinadas. Caso o participante seja maior de idade é-lhe fornecido um consentimento informado (Anexo V), para que seja o próprio a assinar.

Finalmente aquando da aplicação do instrumento aos estudantes, estes foram informados acerca do anonimato do mesmo, uma vez que não é possível associar o nome dos participantes às respostas dadas no inquérito, e da sua confidencialidade.

Estes inquéritos foram aplicados tanto em versão papel como *online*, sendo que o procedimento principal de recolha de dados foi, sempre que possível, a *online*, desta forma é garantido o anonimato dos referidos questionários, e também a separação entre os questionários preenchidos e os formulários de consentimento informado assinados.

2.5. Resultados

Como limitações do estudo, aponta-se a dificuldade em entrar em contacto com as escolas que foram selecionadas para participarem no estudo e a falta de resposta das mesmas, o acesso aos computadores para os inquéritos *online* também foram de difícil obtenção. O valor da amostra não é representativa da população estudantil da cidade do Porto nem de Portugal, visto que a base de dados não é a definitiva, uma vez que não foi ainda terminada a recolha de dados do projeto ISRD-3, por esta razão apenas podemos falar de dados provisórios.

Para a obtenção de dados foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 23.0 para *Windows*, uma vez que é necessário a realização de análise estatística para a interpretação dos dados obtidos no inquérito anteriormente realizado. Foram também criadas novas variáveis (variáveis dicotómicas), de forma a uma melhor interpretação e a correlação entre as mesmas.

Numa primeira fase foi efetuada uma análise descritiva tendo em conta o género, idade, os comportamentos antissociais/delitivos e o consumo de álcool, drogas leves e pesadas, seguida de uma análise de correlação para os casos de consumo de drogas/idade/género, consumo de drogas/comportamentos antissociais, consumo de drogas/controlo parental, consumo de drogas/grupo de pares, consumo de drogas/fatores individuais e por fim, foi realizado um modelo de regressão linear.

Assim, a amostra está constituída por 560 estudantes, sendo que 254 (45.4%) são do género masculino e 306 (54.6%) do género feminino (cf. figura 1), com idades compreendidas entre os 11 e os 23 anos (cf. figura 2).

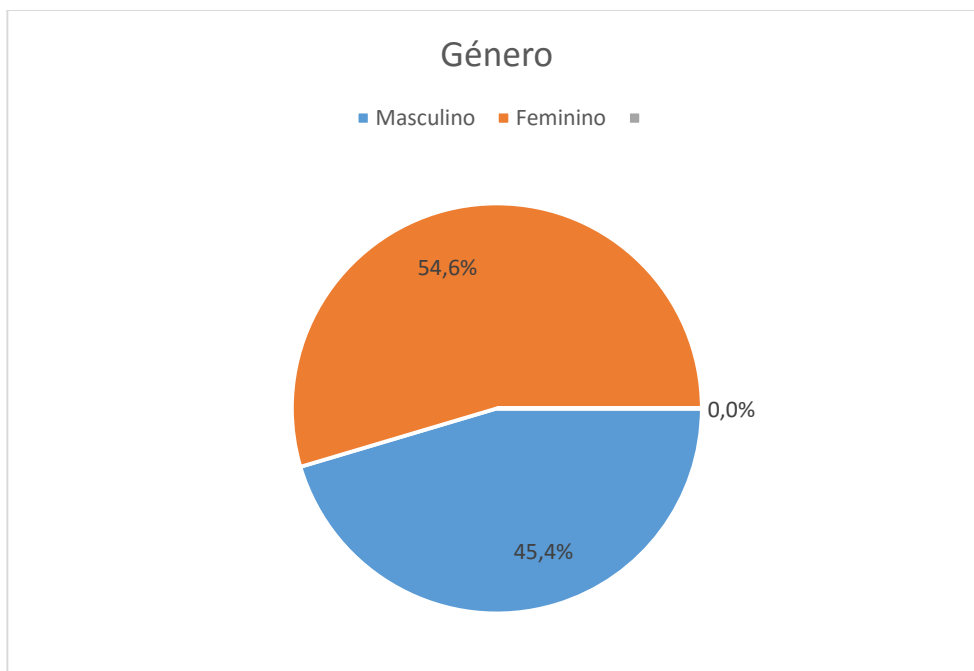


Figura 1. Caracterização sociodemográfica quanto ao género.

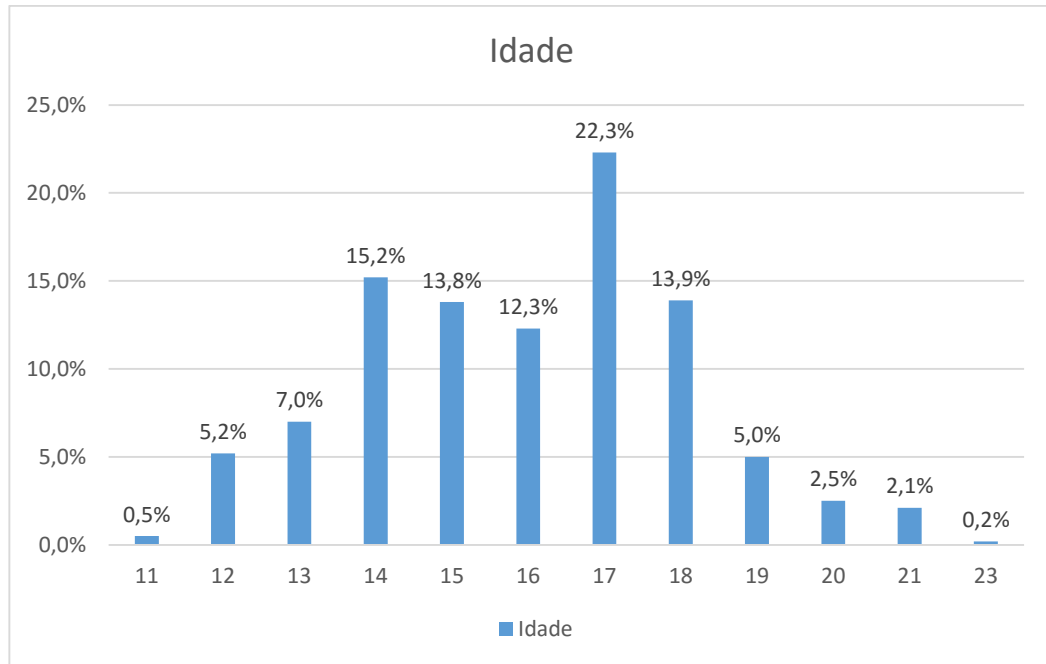


Figura 2. Caracterização sociodemográfica quanto a idade.

Tendo em conta os comportamentos antissociais/delitivos, estão referenciados comportamentos como o vandalismo, delitos contra a propriedade, contra as pessoas, posse de armas, tráfico de drogas, *download* ilegal e o delito contra o ambiente. Na análise descritiva realizada verifica-se que a conduta mais praticada pelos jovens são os *downloads* ilegais, em contra partida, o delito contra o ambiente foi o menos cometido (cf. tabela 1).

Tabela 1. Prevalência de comportamento antissocial/delitivo.

Condutas antissociais ou delitivas (Q. 7.1)	<i>n</i> (N=560)	%
Vandalismo (Q. 7.1.1/7.1.2)	149	26.6
Delitos contra a propriedade (Q. 7.1.3/7.1.4/7.1.5/7.1.6/7.1.7)	124	22.1
Posse de armas (Q. 7.1.8/7.1.10)	59	10.5
Delito contra as pessoas (Q. 7.1.11/7.1.12)	85	15.2

Download ilegal (Q.7.1.13)	327	58.4
Tráfico de drogas (Q.7.1.14)	43	7.7
Delito contra o ambiente (Q.7.1.15)	17	3.0

No que diz respeito ao consumo de álcool, ao consumo de drogas leves (cannabis) e drogas pesadas (inalantes, LSD, heroína, cocaína, entre outros), verificou-se um maior consumo de álcool por partes dos inquiridos, do que das restantes drogas (cf. tabela 2).

Tabela 2. *Prevalência do consumo de álcool, drogas leves e drogas pesadas.*

Tipologia de consumo (Q. 8)	<i>n</i> (N=560)	%
Consumo de álcool (Q. 8.1)	403	72.0
Consumo de drogas leves (Q. 8.2)	104	18.6
Consumo de drogas pesadas (Q. 8.3/8.4/8.5)	45	8.1

Concluindo, foi possível apurar a existência de consumo de drogas, como o álcool, as drogas leves e as pesadas, mas também a presença de diversos comportamentos antissociais/delitivos.

De seguida foram realizadas análises das variáveis em estudo com o auxílio de tabelas de referência cruzada, de maneira a serem apuradas eventuais relações entre diferentes variáveis pertinentes a este estudo, para isso recorreu-se a testes de associação, nomeadamente o teste do Qui-Quadrado (Martins, 2011).

Relativamente à relação entre género, consumo de álcool, drogas leves e drogas pesadas, notou-se que há um maior consumo de álcool por parte do género feminino, como também no que se refere às drogas leves e pesadas, no entanto, não há valores estatisticamente significativos (cf. tabela 3).

Tabela 3. Prevalência no consumo por género.

X²				
Tipologia de consumo		n (N=560)	%	p
Consumo de álcool (Q. 8.1c)	Masculino	89	46.6	NS
	Feminino	102	53.4	
	Total	191	100	
Consumo de drogas leves (Q. 8.2)	Masculino	49	47.1	NS
	Feminino	55	52.9	
	Total	104	100	
Consumo de drogas pesadas (Q. 8.3/8.4/8.5)	Masculino	19	42.2	NS
	Feminino	26	57.8	
	Total	45	100	

Quanto à relação entre a idade e consumo de álcool, drogas leves e drogas pesadas, notou-se que a idade de maior consumo é aos 17 anos, tendo início para o consumo de álcool os 12 anos de idade, e os 14 anos para as restantes drogas. Nota-se também um declínio do consumo a partir dos 17 anos de idade. Importa também referir que para o consumo de álcool e drogas leves há valores estatisticamente significativos ($p < ,000$) (cf. figura 3).

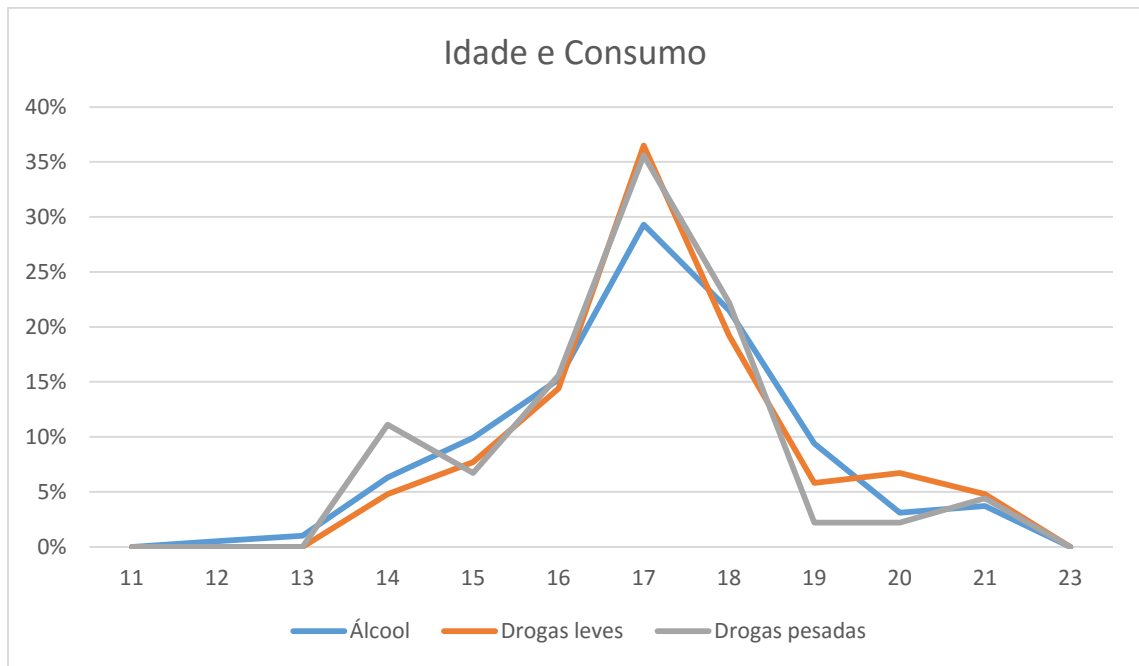


Figura 3. Tabela de referência cruzada entre idade, consumo de álcool, drogas leves e drogas pesadas.

No que concerne ao comportamento impulsivo, a procura de risco e o egocentrismo e a sua relação com o consumo de drogas, nota-se que é na procura de risco que é consumido mais drogas, sendo o álcool o mais consumido em relação às drogas leves e pesadas. Verifica-se também a presença de valores estatisticamente significativos (cf. tabela 4). A procura de risco está ligada às questões de atitude, sendo uma das dimensões da escala do autocontrolo do Grasmick *et al.* (1990). O que indica que indivíduos com um baixo autocontrolo tendem a sucumbir aos atos que proporcionem prazer imediato (Arneklev, Grasmick, Tittle & Bursik, 1993).

Tabela 4. Relação entre fatores individuais e o Policonsumo.

χ ²						
Fatores individuais						
Impulsividade (Q. 6.5_1_3)	Consumo de álcool (Q. 8.1c)		Consumo de drogas leves (Q. 8.2)		Consumo de drogas pesadas (Q. 8.3/8.4/8.5)	
		94	49,5	60	57,7	22

<i>p</i>	,003		,000		,000	
Procura de risco (Q. 6.5_4_6)	97	52,2	62	61,4	29	65,9
<i>p</i>	,000		,000		,000	
Egocentrismo (Q. 6.5_7_9)	51	27,6	24	23,5	15	34,9
<i>p</i>	,000		NS		,007	

Relativamente a associação entre o controlo parental e o consumo de álcool, drogas leves e pesadas, notou-se que os indivíduos com maior controlo parental consomem mais do que aqueles que não apresentam controlo parental, contudo não existe diferenças estatisticamente significativas (cf. tabela 5). Como está estabelecido no ISRD-3 e segundo Eaton *et al.* e Kerr e Stain, as medidas do controlo parental devem ser capazes de distinguir entre o conhecimento parental, a solicitação dos pais e a divulgação do jovem.

Tabela 5. Tabela de referência cruzada controlo parental e consumo de drogas.

X²						
Controlo parental (Q. 2.3)						
	Consumo de álcool (Q. 8.1c) n=403		Consumo de drogas leves (Q. 8.2) n=560		Consumo de drogas pesadas (Q. 8.3/8.4/8.5) n=560	
		183	95,8	100	96,2	43
<i>p</i>	NS		NS		NS	

No que concerne à relação entre o grupo de amigos que valida condutas ilegais e o consumo de álcool, de drogas leves e pesadas, verificou-se que há diferenças

estatisticamente significativas (cf. tabela 6).

Tabela 6. Análise da relação entre o grupo de amigos que valida atos ilegais e o consumo de álcool, drogas leves e pesadas.

X ²						
Grupo de amigos que valida atos ilegais (Q. 11.5)	Consumo de álcool (Q. 8.1c) n=359		Consumo de drogas leves (Q. 8.2) n=480		Consumo de drogas pesadas (Q. 8.3/8.4/8.5) n=480	
		69	39,7	66	70,2	27
<i>p</i>	,000		,000		,000	

Quanto ao envolvimento em lutas e a sua relação ao consumo de drogas leves, pesadas e ao consumo de álcool, averiguou-se apenas diferenças estatisticamente significativas entre as lutas e o consumo de álcool (cf. tabela 7). Relativamente a associação da prática de atos ilegais e ao consumo de drogas pesadas, leves e de álcool, registou-se a existência de valores estatisticamente significativos (cf. tabela 7). No que concerne a relação entre o consumo de álcool, drogas leves e pesadas e o assustar ou incomodar as pessoas, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas (cf. tabela 7).

Tabela 7. Análise da relação entre as lutas, atos ilegais, assustar/incomodar e o consumo de álcool, drogas leves e pesadas.

X ²						
Lutas (Q. 5.6)	Consumo de álcool (Q. 8.1c) n=397		Consumo de drogas leves (Q. 8.2) n=553		Consumo de drogas pesadas (Q. 8.3/8.4/8.5) n=553	
		24	12,6	13	12,6	7
<i>p</i>	,047		NS		NS	
Atos ilegais (Q. 5.6)	57	30,0	47	45,6	23	51,1

<i>p</i>	,000		,000		,000	
Assustar/incomodar (Q. 5.6)	25	13,2	13	12,6	9	20,0
<i>p</i>	NS		NS		NS	

No que respeita ao consumo de drogas no grupo de amigos e a sua relação entre o consumo de álcool, drogas leves e pesadas, este apresenta resultados estatisticamente significativos (cf. tabela 8). Relativamente a relação das variáveis que referem os delitos contra a propriedade cometidos pelos amigos e o consumo de drogas leves, pesadas e de álcool, comprovou-se a existência de valores estatisticamente significativos, no que respeita às drogas leves e pesadas (cf. tabela 8). Quanto a associação entre os delitos contra pessoas cometidos pelos amigos e a consumo de álcool, drogas leves e pesadas, constatou-se a presença de valores estatisticamente significativos, no que concerne ao consumo de álcool e drogas leves (cf. tabela 8).

Tabela 8. *Análise da relação entre a tipologia de grupo de pares e o consumo de álcool, drogas leves e pesadas.*

χ^2						
Tipologia grupo de pares						
Consumo de drogas (Q. 5.10a)	Consumo de álcool (Q. 8.1c) <i>n</i> =403		Consumo de drogas leves (Q. 8.2) <i>n</i> =560		Consumo de drogas pesadas (Q. 8.3/8.4/8.5) <i>n</i> =560	
	139	72,8	98	94,2	38	84,4
<i>p</i>	,000		,000		,000	
Delitos contra a propriedade (Q. 5.10b/c)	98	51,3	74	71,2	31	68,9
<i>p</i>	NS		,000		,000	

Delitos contra pessoas (Q. 5.10d/e)	42	22,0	28	26,9	13	28,9
<i>p</i>	,001		,000		NS	

No que diz respeito as hipóteses apresentadas neste estudo, efetuou-se uma análise das mesmas.

H1- existem diferenças no comportamento antissocial nos jovens que consomem drogas.

Constata-se pela análise da figura 4 que o consumo de drogas leves e pesadas prevalece comparativamente ao consumo de álcool no que respeita aos comportamentos antissociais. Sendo os *downloads* o comportamento mais referido pelos inquiridos, que consomem, seguido do vandalismo.

Verifica-se também que mesmo na ausência de consumo de álcool, drogas leves e pesadas, o comportamento antissocial que mais predomina são os *downloads* ilegais e o vandalismo (cf. tabela 4).

Para além do que já foi referido, compreende-se uma maior conduta antissocial quando há consumo de drogas, comparativamente a inexistência de consumos.

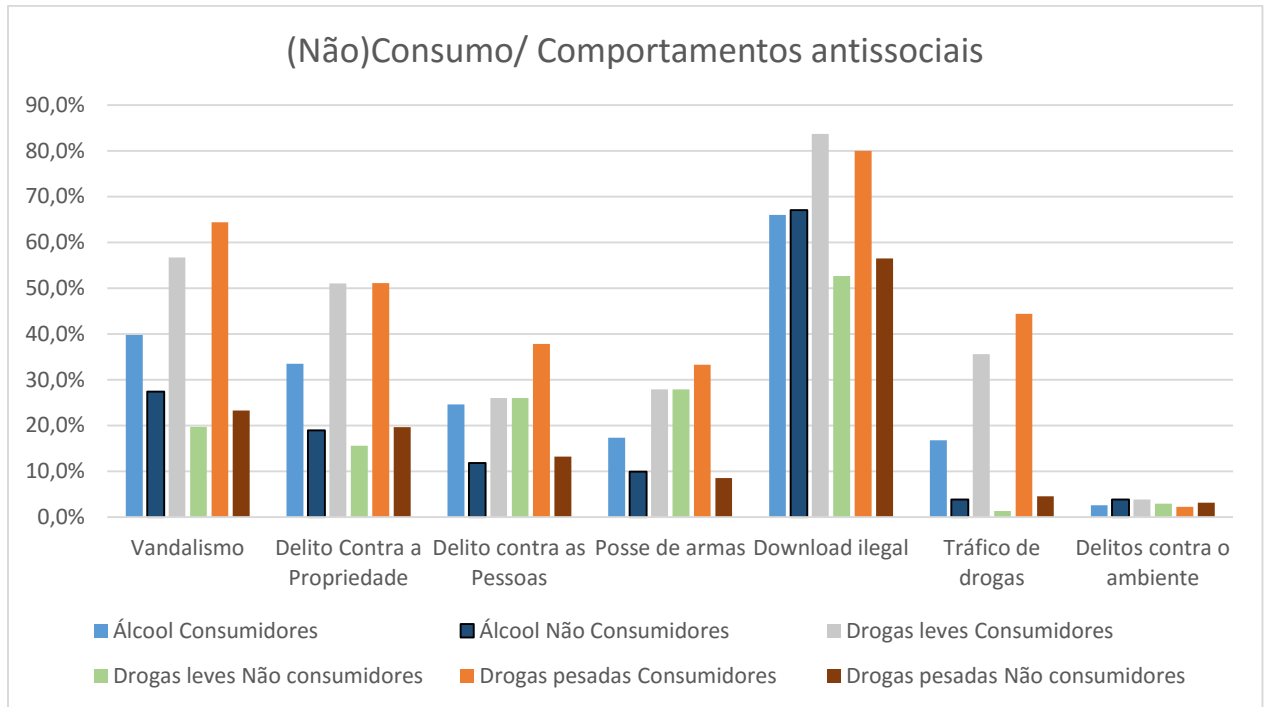


Figura 4. Consumo e não consumo de drogas e o comportamento antissocial.

H2- existem diferenças no comportamento violento entre jovens que consomem drogas.

Os comportamentos violentos inseridos nesta variável dicotómica são as lutas de grupo e agressões com o auxílio de algum tipo de arma. Verifica-se a partir da figura 5, que existe um predomínio de consumo de drogas pesadas em relação ao consumo de álcool e drogas leves no que se refere aos delitos contra pessoas. Observa-se resultados estatisticamente significativos ($p > ,000$) (cf. figura 5).

No que se refere a análise da figura 5, nota-se a prática de delitos contra pessoas mesmo na ausência do consumo de álcool e drogas.

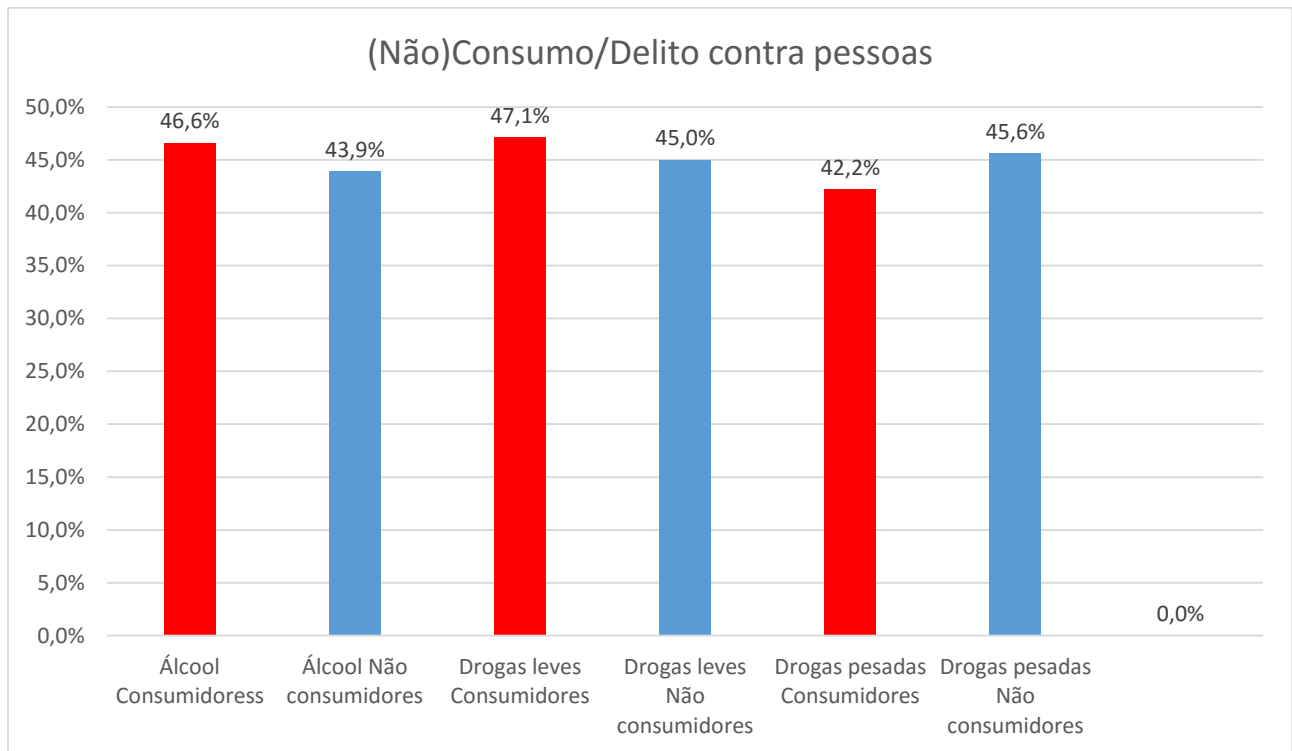


Figura 5. Consumo e não consumo de álcool, drogas leves e pesadas e delíto contra pessoas.

H3- Existem diferenças de género no consumo de drogas.

No que se refere a análise da figura 6, conclui-se que quanto ao género, as raparigas, comparando com os rapazes, são as que mais consomem, sendo às drogas pesadas as mais consumidas. No entanto não se obteve resultados estatisticamente significativos (cf. figura 6).

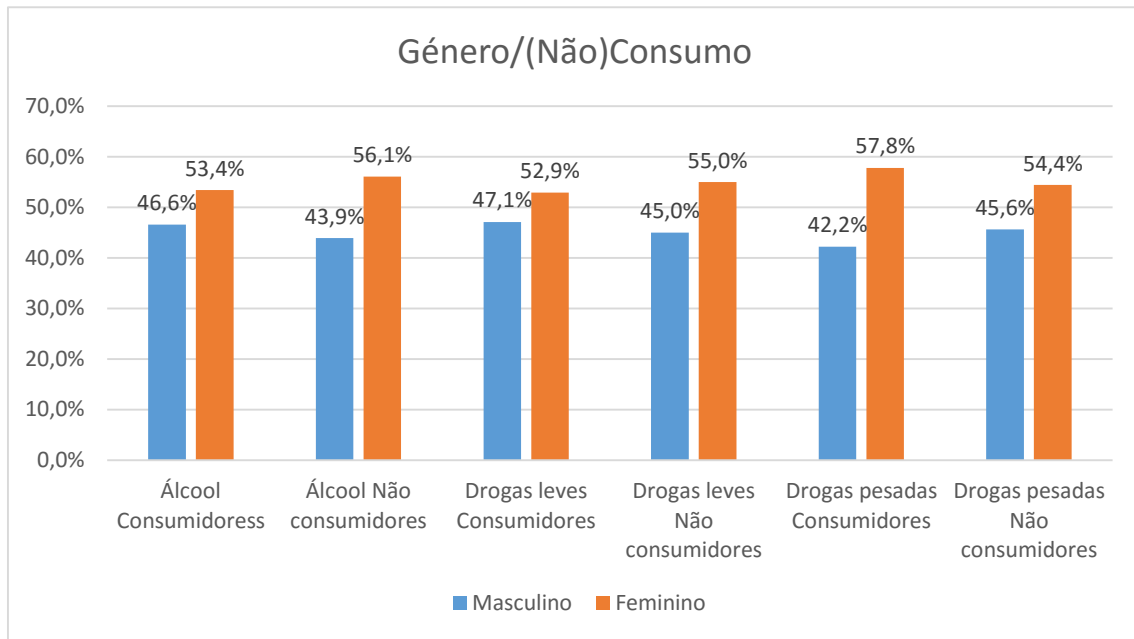


Figura 6. Consumo e não consumo de álcool, drogas leves e pesadas em relação ao género.

Para finalizar e com o intuito de perceber a influência das variáveis teóricas no fenómeno do consumo de drogas, foi realizado um modelo de regressão linear com as variáveis que apresentavam diferença significativas nos resultados. Pretende-se com este modelo e regressão linear analisar a ligação entre variáveis, uma dependente e outra independente, sendo o seu objetivo reconhecer e aferir uma função que exponha a conexão entre as diferentes variáveis, possibilitando estimar a variável dependente perante um determinado valor da variável independente (Ferreira, 2013). Neste caso, a variável dependente escolhida foi o policonsumo e as variáveis independentes: a impulsividade, a procura de risco, o egocentrismo, a ação situacional, o controlo parental, o grupo de amigos com atos ilegais e os comportamentos antissociais, de forma a uma melhor compreensão do fenómeno. As variáveis dicotómicas foram transformadas em variáveis de escala para uma melhor análise da conduta.

Mediante os resultados obtidos, é possível verificar-se que aqueles que apresentam um maior comportamento antissocial são também aqueles que mais consomem. Compreende-se também que os quatro fatores de risco representados na tabela 9 são os

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto que apresentam valores mais relevantes, o que indica que têm mais influências no policonsumo.

Tabela 9. *Modelo de regressão linear.*

	Policonsumo (Q. 8.1/8.2/8.3/8.4/8.5)	
	<i>R-Quadrado</i>	<i>P</i>
Comportamentos antissociais (Q. 7.1)	,244	,000
Controlo parental (Q. 2.3)	,285	,000
Amigos atos ilegais (Q. 5.10)	,298	,000
Procura de risco (Q. 6.5)	,304	,016

O modelo de regressão linear obtida apresenta como variável que melhor prediz o policonsumo é ter cometido comportamentos antissociais, sendo complementado pelo controlo parental e os amigos que cometem atos ilegais como fatores que em conjunto permitem explicar um 30% do fenómeno referido e com amplas diferenças significativas. Se a isto une-se o fator individual da procura de risco, pode-se diagnosticar mais do 30% da variável dependente ou policonsumo, segundo a tabela 9.

Segue-se uma discussão teórica dos resultados acima referenciados e algumas conclusões.

2.6. Discussão de resultados

Tendo em conta as limitações do estudo, no sentido de não contar com a amostra definitiva na cidade do Porto e portanto tratando-se de dados provisórios, foi objetivado para este estudo a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o fenómeno do consumo de drogas e do comportamento violento em adolescentes na cidade do Porto, pretendendo-se, compreender os fatores que podem ter influencia na relação entre o uso de drogas e os comportamentos violentos, a prevalência entre a violência e o consumo de substâncias e perceber se há uma diferença de género nestes comportamentos. Assim sendo e atendendo aos resultados obtidos e acima mencionados, segue-se uma discussão sobre os resultados mais significativos.

O controlo parental é observado tanto como um fator protetor como de risco (Gomes, 2013). Uma vez que, as práticas parentais interferem no crescimento dos jovens (Paiva & Ronzani, 2009). Ou seja, havendo controlo e vigilância sobre o adolescente este serve como um fator protetor para a conduta antissocial, contrariamente, se há ausência de monitorização, então o controlo parental transforma-se num fator de risco facilitando a quebra de regras e a conduta delinquente (Cunha, Soares, Veríssimo & Matos, 2015), como também outras atitudes de risco (Camacho, Matos, Tomé, Simões & Diniz, 2010). O fraco controlo social inseridos nas famílias, elevam a probabilidade da passagem ao ato (Born, 2005).

No que respeita aos resultados obtidos no presente estudo, quanto ao controlo parental exercido sobre os jovens inquiridos e o seu consumo de drogas, os resultados mostram que os indivíduos que indicaram um maior controlo por parte dos pais e que consomem drogas é superior aos que consomem drogas, mas que no entanto não têm controlo parental, contudo não foram observados resultados estatisticamente significativos. O que pode indicar que um controlo rigoroso por parte dos pais pode transforma-se num fator de risco (Born, 2005).

Relativamente ao consumo de drogas e a sua relação com a idade, denota-se um início de consumo aos 12 anos de idade, sendo os 17 anos a faixa etária de maior consumo, o mesmo acontece com o consumo de drogas leves e pesadas, no entanto, a idade de início do consumo das drogas ilícitas é mais tardia (14 anos) que o consumo de álcool. A partir dos 17 anos nota-se uma diminuição abrupta do consumo destas drogas.

O que vai ao encontro da literatura, onde há referência de um início precoce destes comportamentos (11/12 anos), atingindo o seu pico de consumo aos 17 anos de idade e a medida que se avança há um decréscimo destas condutas. Este fenómeno pode ser justificado pela entrada na vida adulta dos jovens (Gomes, 2013; Moreira, 2013). Já que a adolescência é considerada uma altura de tentativas e de alterações emocionais, mentais, entre outros (Silva, 2014). O grupo de pares, as características individuais/sociais (família), podem também influenciar o jovem ao consumo de drogas (Pratta & Santos, 2006). Tem relevância no sentido de ser considerado uma conduta antissocial limitada à adolescência ou dando continuidade com uma carreira criminal (Negreiros, 2001).

É sabido que o grupo de pares, na fase da adolescência é considerado como o responsável pela socialização do indivíduo, sendo o executor da maneira de raciocinar e atuar do jovem, proporcionando o contexto e princípios para a normalização da conduta delinvente e violenta (Gomes, 2013; Cunha *et al.*, 2015). Estes jovens tendem a replicar as condutas presenciadas, podendo ser o consumo de substâncias e o roubo (Cunha *et al.*, 2015). Um grupo de pares que validem e executem ações desviantes amplificam a probabilidade do jovem se envolver em condutas delitivas ou antissociais (Gomes, 2013).

Neste sentido, nos resultados adquiridos, nota-se que quando comparado o consumo de drogas com grupos de amigos que aprovam condutas ilegais obteve-se valores estatisticamente significativos, assim como, quando confrontado os delitos contra a propriedade do grupo de amigos e o consumo de drogas do jovem captou-se valores estatisticamente significativos quanto ao consumo de drogas leves e pesadas e não significativos quando comparado com o consumo de álcool. Finalmente, quando relacionado o delito contra pessoas do grupo de pares, obteve-se valores estatisticamente significativos para o consumo de álcool e drogas leves e valores não significativos para o consumo de drogas pesadas. Sendo um fator de risco dinâmico, poder-se-ia intervir na associação a pares desviantes.

É durante a adolescência que o indivíduo sofre modificações importantes, a nível psicológico, biológico, social, cognitivo e moral, que assinalam a sua transição para a fase adulta. Deste modo torna-se essencial observar os valores que acompanham e conduzem a vida dos indivíduos, assim, a conduta moral, passa a ser tida em conta como um acordo entre a conformidade e a habilidade de decisão e livre arbítrio (Pinto, 2014). Desta forma, as mudanças na exposição levam a alterações na perceção do indivíduo, durante as

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto

transformações nos métodos de socialização. Caso um indivíduo passe a maioria do seu tempo em cenários morais que beneficiem a quebra de normas, então devido aos processos de habituação, a possibilidade da prática destas ações é maior. Outro caso seria se este se inserisse numa situação onde um determinado ato moral (consumo de drogas) é moralmente adotado e motivado para a prática desta ação, então a motivação é maior para a procura de validação que suportem a prática destes atos (Burke, 2014; Winstöm, 2006). Neste sentido, não foram encontrados diferenças significativas na influência dos valores sociais ou moralidade no poli-consumo.

Pelo contrário, especificamente aos resultados encontrados para as lutas, atos ilegais e a prática de assustar pessoas para se divertir em relação ao consumo de álcool, drogas leves e pesadas, foram encontrados resultados estatisticamente significativos para os atos ilegais, quanto as lutas apenas se encontrou resultados estatisticamente significativos em relação ao consumo de álcool, finalmente, o assustar pessoas não obteve qualquer tipo de valor estatisticamente significativos. Portanto, precisaria de um maior aprofundamento neste ponto.

No que concerne aos comportamentos antissocial, estes figuram as condutas que quebram as regras e as expectativas sociais (Negreiros, 2001). Estas condutas encontram-se intimamente correlatados as competências dos sujeitos se adaptarem às regras da sociedade. São ainda percebidos como a não consciencialização das regras que pode ser importuno a terceiros, contrariamente as condutas delitivas, estas acarretam uma penalidade, uma vez que são suscetíveis de originar danos morais/físicos graves (Moreira, 2015). Contudo, tanto as condutas antissociais e as delitivas, interferem nos direitos e deveres da sociedade (Sintra, Lopes & Formiga, 2011).

No que respeita aos resultados obtidos entre a relação consumo de drogas e impulsividade foram obtidos valores estatisticamente significativas para todos os tipos de consumo. Um jovem impulsivo reage ao primeiro plano que lhe ocorre, sem antes refletir de forma cuidada, nas consequências que os seus atos acarretam (Carvete & Estévez, 2008). Desta forma, a impulsividade é um traço da personalidade do indivíduo, podendo justificar o comportamento antissocial (Romero *et al.*, 2001), o consumo de drogas (Carvete & Estévez, 2008) e a violência juvenil (Farrington, 2002).

No que respeita aos valores encontrados nota-se que nos indivíduos que consomem drogas e têm comportamentos antissociais (H1), há uma prevalência do consumo de

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto

drogas leves e pesadas e um maior número de transgressões. No entanto os indivíduos que não consomem também apresentam comportamentos antissociais, mesmo que em menor número que os que usam drogas.

Quanto a comparação entre o comportamento violento entre jovens que consomem e os que não consomem (H2) confirma-se a diferença entre estes, uma vez que se verifica valores estatisticamente significativos entre os indivíduos que consomem e têm comportamentos violentos, dos indivíduos que não consomem drogas mas que têm condutas violentas. Uma vez que o consumo de substâncias causam uma amplificação da agressividade, e tornam mais provável que os jovens que consumam se envolvam em condutas agressivas (Sintra & Formiga, 2011).

Em relação ao género e o consumo de drogas (H3), são os rapazes que mais consomem, contudo, tem-se observado um crescimento do consumo de drogas por parte das raparigas, causando um decréscimo entre as disparidades de consumo entre rapazes e raparigas, o que se tornou um motivo de preocupação em virtude das diferentes consequências tanto nas raparigas como nos rapazes (Tomaz *et al.*, 2014; Benites & Schneider, 2014). Este crescimento do consumo de drogas pelas raparigas podem ser explicadas pelas consequências da vida familiar, da relação com os pais, do grupo de pares, entre outros (Benites & Schneider, 2014).

Concretamente aos resultados obtidos no inquérito, apesar de não serem estatisticamente significativos, observa-se que o consumo de álcool, drogas leves e pesadas é maior nas raparigas do que nos rapazes, confirmando o que acima foi referido acerca do aumento do consumo por parte do género feminino.

Finalmente, no que respeita aos resultados da análise do modelo de regressão linear, variáveis como o comportamento antissocial, o controlo parental, a presença de amigos que praticam atos ilegais e a procura de risco, fazem um diagnóstico relativamente a um consumo de diferentes substâncias estupefacientes. Especificamente aos resultados obtidos percebe-se que ter cometido comportamentos antissociais ou delitivo têm mais influência para um maior policonsumo, seguido da falta de controlo parental, da existência de um grupo de amigos que cometem atos ilegais e a procura de risco como fator de personalidade. Seriam estes fatores de risco os mais adequados face à uma intervenção junto dos jovens portugueses que apresentem problemas graves de consumo de álcool e drogas, no sentido de prevenir comportamentos futuros.

3. Conclusão

Seguido da discussão dos resultados, importa fazer uma reflexão global acerca do estudo em questão.

Este estudo em particular pretendeu conhecer a eventual relação entre o consumo de drogas, a violência e a delinquência juvenil nos adolescentes da cidade do Porto, servindo-se do projeto internacional *International Self-Report Delinquency*, na sua terceira versão.

Segundo os dados descritivos da amostra recolhida, a amostra é composta maioritariamente pelo género feminino, sendo a faixa etária de maior afluência é os 17 anos. O comportamento antissocial mais cometido por estes jovens foi o *download* ilegal de músicas e filmes, e a droga mais consumida o álcool. Existe mais consumo na faixa etária dos 17 anos, não havendo diferenças estatisticamente significativas na relação com o género, no entanto são as raparigas que mais consumiram. No que respeita ao controlo parental, é indicado que independentemente do controlo parental são realizadas condutas de consumo de álcool e drogas. No que concerne ao grupo de amigos foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, assim como nos delitos contra as pessoas, sendo o álcool e as drogas leves que apresentam diferenças, e o delito contra a propriedade, encontradas para o consumo de drogas leves e pesadas, cometidos pelos amigos. Quanto as lutas, aos atos ilegais e o assustar pessoas, foram observadas diferenças estatisticamente significativas apenas para os atos ilegais, e nas lutas apenas o álcool é estatisticamente significativo. Já nos fatores individuais ou de personalidade, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para todas as variáveis, são elas, o consumo de álcool, de drogas leves e pesadas.

Especificamente as hipóteses colocadas, na H1, os indivíduos que apresentam consumo de drogas são os que apresentam mais comportamentos antissociais, em comparação aos que não consomem. Quanto a H2, também se observa mais delitos contra as pessoas nos sujeitos que apresentam consumo de substâncias. Por fim, a H3, existe mais consumo no género feminino do que no masculino, no entanto as diferenças são mínimas.

Assim mediante os resultados obtidos, pode-se afirmar que os dados mais relevantes foram as diferenças de género, o grupo de pares, a idade de início do consumo

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto de drogas e os fatores individuais. Sendo que estes resultados podem ser explicados pelas teorias desenvolvimentais e as teorias psicológicas.

A delinquência juvenil nos últimos anos tem sido o objeto de múltiplos estudos das ciências sociais e humanas. É um conjunto de problemas em permanente evolução e de preocupação mundial (Pais, 2012). Assim como o consumo de substâncias e a violência tem vindo a causar uma crescente preocupação de categoria mundial (Elicker, Palazzo, Aerts, Alves & Câmara, 2015; Silva & Pereira, 2008). O consumo de drogas tem consequências a nível da sociedade, psicológico e biológico, podendo o abuso estar ligado ao facto do jovem desafiar os pais, a sociedade e como busca de novas experiências (Elicker, et al., 2015).

Os adolescentes são considerados um grupo de risco para o consumo de drogas, os fatores apontados para este comportamento são diversos, são estes as características individuais e sociais, sendo que estão inclusas nesta a família e o grupo de pares (Pratta & Santos, 2006). Assim seria de grande relevância que o comportamento antissocial dos jovens fosse estudado tendo em vista os fatores de risco e proteção, uma vez que estes influenciam as condutas dos jovens.

Para uma melhor explicação da criminalidade, é necessário compreender o papel que os fatores e alterações sociais têm, mas também o desenvolvimento e história de vida individual. É indispensável entender o que move os indivíduos para a execução de condutas criminais (Burke, 2014). Neste sentido, verifica-se nos resultados em estudo que os inquéritos de autorrelato apresentam uma boa potencialidade para estudar o papel dos fatores de risco e a desistência criminal.

É sabido que os indivíduos consumidores de drogas indiciam maior nível de agressividade, do que indivíduos não consumidores. São também estes que têm uma elevada probabilidade de demonstrarem condutas agressivas (Allen *et al.*, 1997). No entanto, ainda perdura a ideia que as condutas desviantes e o uso de drogas têm uma relação direta. Sabe-se que o consumo de drogas ilícitas, em comparação ao álcool, têm uma probabilidade inferior de causar ações violentas. Deste modo, a correlação entre o consumo de substâncias e a delinquência devem ser tratadas de um ponto de vista mais complexo (Moreira, 2015), uma vez que a esta conexão não é de simples causalidade (Sintra *et al.*, 2011). Neste sentido, pode-se compreender que a delinquência pode ser um fator de risco para o consumo de drogas e vice-versa. Mas também podem ter a influência

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto de diversos outros fatores, como os presentes neste estudo, são eles, fatores individuais, o controlo parental e o grupo de pares.

Em relação a futuras intervenções ao nível do consumo de drogas e comportamentos antissociais, sugere-se não só uma intervenção ao nível individual, mas também a nível familiar, já que os diferentes estilos parentais podem influenciar a conduta dos filhos. Visto que a família, assim como o grupo de pares, são essenciais no desenvolvimento do jovem e as falhas nas normas de socialização com a família e o grupo de pares, poderão ser os catalisadores da conduta antissocial, consoante ao referido na literatura criminológica (Pais, 2012).

Quanto a intervenções escolares seria necessário desenvolver ambientes mais promotores e estimuladores, introduzindo a família na vida escolar. Por fim, a nível comunitário, a intervenção tem que ser concreta e precoce, por via de uma cooperação dinâmica e envolvendo diversas faixas etárias, para uma melhor compreensão das condutas antissociais e da evolução do consumo de substâncias.

No que respeita a investigações futuras, importa destacar as potencialidades de ter uma amostra representativa da população juvenil portuguesa, uma vez realizada a recolha de dados definitiva nas cidades de Lisboa, Porto e Braga resultante do projeto ISRD-3. Neste sentido, seria interessante pesquisar os fatores de risco e os fatores de proteção, principalmente os grupos de pares e a família, uma vez que podem influenciar a entrada dos jovens na delinquência, já que a presente tese apenas se foca nos fatores de risco. Embora não tenham sido encontradas diferenças significativas neste sentido, consideramos de extrema pertinência perceber como as normas morais ou a moralidade, referida na teoria da ação situacional (Winström, 2006), se enquadra no comportamento antissocial e no consumo de drogas.

III. Referências Bibliográficas

Abromavay, M., et. al. (2002). *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas*. Edições UNESCO Brasil.

Agra, C. (2008). *Entre droga e crime. Actores, Espaços, Trajectórias* (2ªed). Casa das Letras.

Aguiar, M. (2012). *Justiça Restaurativa Aplicada à Delinquência Juvenil*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: «http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3461/3/T_21873.pdf».

Akers, R & Jensen, G. (2006). *Empirical Status of Social Learning Theory of Crime and Deviance: The Past, Present, and Future*. Disponível em «https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=_ojaQpx60uUC&oi=fnd&pg=PA37&dq=Empirical+Status+of+Social+Learning+Theory+of+Crime+and+Deviance:+The+Past,+Present,+and+Future&ots=mcShuF-Tx-&sig=5SKe4ZUml221ol5o184IsQ1wE-s&redir_esc=y#v=onepage&q=Empirical%20Status%20of%20Social%20Learning%20Theory%20of%20Crime%20and%20Deviance%3A%20The%20Past%2C%20Present%2C%20and%20Future&f=false». [Consultado em: 3/01/2016].

Allen, T., et al. (1997). Subjects with a history of drug dependence are more aggressive than subjects with no drug use history. *Drug and Alcohol Dependence*, 46, pp. 95–103.

Almeida, R., et. al. (2014). Uso de álcool, drogas, níveis de impulsividade e agressividade em adolescentes do Rio Grande do Sul. *Psico*, 45(1), pp. 65-72.

Amorim, J. (2014). O gang e a delinquência juvenil: A pertença ao gang enquanto difusora da culpabilidade e o comportamento delinquente como fornecedor de reputação. ISPA. Disponível em: «<http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3066/1/18850.pdf>».

Andrade, S., et. al. (2012). Relação entre violência física, consumo de álcool e outras drogas e bullying entre adolescentes escolares brasileiros. *Cad. Saúde Pública*, 28(9), pp. 1725-1736.

Arneklev, B. *et al.* (1993). Low Self-Control and Imprudent Behavior. *Journal of Quantitative Criminology*, 9(3), pp. 225-247.

Bartolomé, R. & Rechea, C. (2009). Violencia y conducta antisocial. pp. 213-224. Disponível em: «<http://adolescenciaantisocial.blogspot.pt/2010/12/violencia-y-conducta-antisocial-raquel.html>». [Consultado em: 10/11/2015].

Benites, A. & Schneider, B. (2014). Famílias e Consumo de Álcool em Adolescentes do Sexo Feminino: Uma Revisão Sistemática. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), pp. 145-152.

Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência* (1ª ed). Lisboa: Climepsi Editores.

Burke, R. (2014). An introduction to criminological theory. Disponível em: «https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=ysNiAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=+situational+action+theory+and+drug+use&ots=KIloSruBqM&sig=8X85RhY8PHnR3l2GlphKkHNxfQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false». [Consultado em: 12/01/2016].

Cáceres, D., *et al.* (2006). Consumo de drogas en jóvenes universitarios y su relación de riesgo y protección com los factores psicosociales. *Univ. Psychol. Bogotá*, 5(3), pp. 521-534.

Calvete, E & Estévez, A. (2009). Consumo de drogas en adolescentes: El papel del estrés, la impulsividad y los esquemas relacionados con la falta de limites. *Adicciones*, 21(1), pp. 49-56.

Camachoa, I. *et al.* (2010). A influência da família no consumo de substâncias nos adolescentes portugueses. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 2, pp. 191-208.

Cavalcante, M., Alves, M., & Barroso, M. (2008). Adolescência, álcool e drogas: Uma revisão na perspectiva da promoção da saúde. *Rev. Enferm.*, 12(3), pp. 555-559.

Chavez, K., O'Brien, B. & Pillon, S. (2005). Uso de drogas e comportamentos de risco no contexto de uma comunidade universitária. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13.

Chiapetti, N. & Serbena, C. (2007). Uso de Álcool, Tabaco e Drogas por Estudantes da Área de Saúde de uma Universidade de Curitiba. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 303-313.

Costa, T. (2013). Da vitimização infantil ao desvio e delinquência infantil: estudo exploratório com a aplicação do instrumento ISRD-2. Dissertação de Mestrado. Escola de Psicologia, Universidade do Minho. Disponível em: «<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27015/1/Tiago%20Andr%C3%A9%20Martins%20Costa.pdf>».

Coutinho, G. (2014). Famílias com comportamentos transgressores e o impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: «<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4523/1/Projecto%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf>».

Coutinho, M., Araújo, L. & Gontiès, B. (2004). Uso de maconha e suas representações sociais: Estudo comparativo entre universitários. *Psicologia em Estudo*, 9(3), pp. 469-477.

Cusson, M. (2002). *Criminologia* (2ª ed). Casa das Letras.

Cunha, C. *et al.* (2015). Família, Pares e Delinquência Juvenil: Análise de Diferentes Percursos de Reincidência. *Revista de Psicología*, 24(2), pp. 1-18.

Dahlberg, L. & Potter, L. (2001). Youth Violence Developmental Pathways and Prevention Challenges. *American Journal of Preventive Medicine*, 20(1S), 3-14.

Domosławski, A. (2011). *Política da Droga em Portugal- Os Benefícios da Descriminalização do Consumo de Drogas* (Trad. Capaz, N.). Global Drug Policy Program, Open Society Foundations.

Doron, R. & Parot, F. (1998). Dicionário Akal de Psicologia. Disponível em: <<http://www.google.pt/books?id=Lpcd8fg88AC&printsec=frontcover&hl=ptPT#v=onepage&q&f=false>>. Consultado em: [20/11/2014].

Eliane Elicker, E., *et al.* (2015). Uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes escolares de Porto Velho-RO, Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 24(3), pp. 399-410

Eysenck, S. & Zuckerman, M. (1978). The relationship between sensation-seeking and Eysenck's dimensions of personality. *Br. J. Psychol.* 69, pp. 483-487. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=367ac9d6-f1ff-4dd7-94f6-a4ab5517ea4d%40sessionmgr4005&vid=1&hid=4207>>.

Fagan, A. et al. (2007). Gender similarities and differences in the association between risk and protective factors and self-reported serious delinquency. *Prev. Sci.*, 8, pp. 115-124.

Farrington, D. (2002). Fatores de risco para a violência juvenil. Disponível em: <<http://library.umac.mo/ebooks/b2291996x.pdf#page=21>>.

Fernandes, L. (1997). Actores e territórios psicotrópicos: Etnografia das drogas numa periferia urbana. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto. Disponível em: <<http://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/18145>>.

Fiorini, J. & Alves, A. (1999). Uso de drogas lícitas e ilícitas no meio universitário de Alfenas. *Revista Un. Alfenas*, 5, 263-267.

Fonte, C. (2006). Comportamentos aditivos: conceito de droga, classificações de drogas e tipos de consumo. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 3, pp. 104-112.

Fonseca, C. & Borja, T. (2010). Perturbação da personalidade anti-social: enquadramento jurídico-legal. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0244.pdf>>.

Formiga, N. (2012). Sentimento anômico e condutas antissociais e delitivas: verificação de um modelo causal em jovens brasileiros. *LIBERABIT*, 19(1), pp. 33-44.

Martins, C. (2011). *Manual da análise de dados quantitativos com recurso ao IBMSPSS: Saber decidir, fazer e interpretar e redigir*. Braga: Psiquilibrios Edições.

Nilton Formiga, N., et al. (2008). Busca de Sensação e Condutas Anti-Sociais e Delitivas em Jovens. *Psicologia ciência e profissão*, 28(4), pp. 668-681.

Gatti, U., et al. (2015). Delinquency and alcohol use among adolescents in Europe: The role of cultural contexts. *European Journal of Criminology*, 12(3), pp. 1-16.

Gomes, R. (2013). Diminuindo a Delinquência juvenil- um Programa de Prevenção Comunitária. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4152/1/MONOGRAFIA%20FINAL.pdf>>.

Gómez, A., *et. al.* (2007). Consumo de drogas lícitas e ilícitas por estudantes universitários. *Revista de la Facultad de Ciencias de la Salud*, 11(3), 41-45.

Gutiérrez, R. & Alberda, C. (2006). violent youth groups in Spain. *Nordic Journal of Youth Research*, 14(4), pp. 323-342.

Hernández, A., *et. al.* (2005). Consumo de Drogas en Estudiantes del Nivel Medio Superior de la Universidad de Guanajuato. *Acta Universitaria*, 15(1), 13-21.

Jessor, R. *et. al.* (1995). Protective Factors in Adolescent Problem Behavior: Moderator Effects and Developmental Change. *Developmental Psychology*, 31(6), 923-933.

Junger-Tas, J. (2010). The significance of the international self-report delinquency study (ISR D). *Eur. J. Crim. Policy Res.*, 16, pp. 71-87.

Junger-Tas, J. & Marshall, I. (2011). *Introduction to the international self-report study of delinquency (ISR D-2)*. pp. 3-20.

Junger-Tas, J., *et. al.* (2010). History and design of the ISR D studies. *Juvenile Delinquency in Europe and Beyond*. pp. 1-11.

Lemos, K., *et. al.* (2007). Uso de substâncias psicoativas entre estudantes de Medicina de Salvador. *Revista de Psicologia Clinica*, 34(3), 118-124.

Lisboa, A. (2008). A Pobreza, um Livre Trânsito para a Delinquência Juvenil?. Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <<http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/02/Delinqu%C3%Aancia-Juvenil.pdf>>.

Lourenço, N. (2010). *Cidades e sentimento de insegurança: violência urbana ou insegurança urbana?*. Disponível em: <<http://www.fd.unl.pt/Anexos/3841.pdf>>. Consultado em: [28/10/2014].

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto

Luzes, C. (2010). *Um olhar psicológico sobre a delinquência*. pp. 1-13. Disponível em: «<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0520.pdf>».

Marshall, I., et. al. (2015). *Youth victimization and reporting to police. First results from the third round of the international self-report delinquency study (ISR3)*. pp. 1-22.

Martins, V. (2013). A política de descriminalização de drogas em Portugal. *Serviço Social e Sociedade, 114*, pp. 332-346.

Milanés, Z., et. al. (2011). Factores psicosociales asociados al consumo de sustancias en estudiantes de una universidad pública. *Revista Salud Pública, 13(3)*, 470-479.

Monteiro, C., et. al. (2012). Adolescentes e o uso de drogas ilícitas: um estudo transversal. *Revista Enfermagem, 20(3)*, pp. 344-348.

Moreira, S. (2013). A relação entre a ausência de suporte afetivo e a delinquência. Projeto de graduação. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: «<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3938/1/Projeto%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20S%C3%ADlvia%20Moreira.pdf>».

Moreira, J. (2015). Trajetos desviantes e vitimação em jovens consumidores de drogas e com condutas delinquentes. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa.

Nardi, F. & Dell'Aglio, D. (2010). Delinquência juvenil: Uma revisão teórica. *Acta Colombiana de psicología, 13(2)*, pp. 69-77.

Nardi, F., et. al. (2012). Drug use and antisocial behavior among adolescents attending public schools in Brazil. *Trends Psychiatry Psychother, 34(2)*, pp. 80-86.

Negreiros, J. (2001). *Delinquência Juvenis* (1ªed). Lisboa, Editorial Notícias.

Nunes, L. (2010). Delinquência e consumo de drogas: risco, protecção e prevenção. *Revista de Reinserção Social e Prova, 5*, 1-10.

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto

Nunes, L. & Jóluskin, G. (2010). *Drogas e Comportamentos de adicção: Um manual para estudantes e profissionais de saúde* (2ª ed.). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Oliveira, A., Chamon, E. & Mauricio, A. (2010). Representação social da violência: Estudo exploratório com estudantes de uma universidade do interior do estado de São Paulo. *Educar, Curitiba, 36*, 261-274.

Pais, M. (2012). Delinquência juvenil: As consequências da ausência de vínculos familiares na adopção de comportamentos desviantes. Faculdade de Ciência Sociais e Humanas, Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: «http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3362/3/T_21283.pdf».

Paiva, F. & Ronzani, T. (2009). Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. *Psicologia em Estudo, 14*(1), p. 177-183.

Pinto, L. (2014). Valores Pessoais e Comportamentos Antissociais em Adolescentes em Regime de Internato e Externato numa Instituição Escolar. Faculdade de Psicologia, Universidade Lusófona Do Porto.

Portugal, F. & Siqueira, M. (2011). Fatores associados ao uso de substâncias psicoativas entre universitários de pedagogia da universidade federal do espírito santo. *Caderno Saúde Colet., 19*(3), 348-355.

Pueyo, A. (2004). *Violencia juvenil: Realidade actual y factores psicológicos implicados*. pp. 1-23. Disponível em: «https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Andres_pueyo/publication/7283131_Juvenile_violence_reality_today_and_the_implicated_psychological_factors/links/02e7e53b450cf5db10000000.pdf».

Pratta, E. & Santos, M. (2006). Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contacto de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas. *Revista Eletrônica saúde mental álcool e drogas, 2*(2), pp. 1-17.

Pratta, E. & Santos, M. (2009). Uso de drogas na família e avaliação do relacionamento com os pais segundo adolescentes do ensino médio. *PSiCo, 40*(1), pp. 32-41.

Violência e consumo de drogas em adolescentes: um estudo de autorrelato nas escolas do Porto

Ribeiro, M. & Sani, A. (2009). Risco, proteção e resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 6, 400-407.

Richardson, R. (2008). *Pesquisa social. Métodos e técnicas* (3ªed). São Paulo: Editora Atlas.

Richman, J. & Fraser, M. (2001). Resilience in Childhood: The Role of Risk and Protection. In J. M. Richman, & M. W. Fraser. *The context of youth violence: Resilience, risk and protection* (pp. 1-12). Westport: Praeger Publishers.

Rodrigues, V. (2013). Do outro lado da Linha- Uma visão de um educador social sobre a delinquência juvenil. Escola Superior de Educação de Viseu, Instituto Politécnico de Viseu. Disponível em: «<http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1844/2/Vanda%20Rodrigues%20n.%C2%BA%207283%20IPCJR.pdf>».

Romero, E. *et al.* (2001). Personality and antisocial behaviour: study of temperamental dimensions. *Personality and differences*, 31, pp. 329-348.

Salles, L., *et al.* (2014). Um estudo sobre jovens e violência no espaço escolar. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), pp. 148-157.

Saldivia, C. & Vizcarra, B. (2012). Consumo de Drogas y Violencia en el Noviazgo en Estudiantes Universitarios del Sur de Chile. *Terapia Psicológica*, 30(2), 43-49.

Sampaio, M. (2010). O outro lado da vida. Delinquência juvenil e justiça. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Universidade do Porto.

Silva, J. (2014). Reflexões sobre as relações entre drogas, adolescência e escola- Revisão de literatura. Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: «<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3798/PDF%20-%20J%C3%A9ssica%20Figueiredo%20Silva.pdf?sequence=1>».

Silva, L., *et al.* (2006). Fatores associados ao consumo de álcool e drogas entre estudantes universitários. *Revista Saúde Pública*, 40(2), 280-288.

Silva, M. & Pereira, B. (2008). A violência como fator de vulnerabilidade na ótica de adolescentes escolares. *Educação para a saúde no século XXI: Teorias, Modelos e Práticas*, pp. 911-918.

Sintra, C. & Formiga, N. (2012). Condutas desviantes e habilidades sociais em jovens portugueses toxicodependentes e não-toxicodependentes. *Revista de Psicologia*, 15(23), pp. 9-25.

Sintra, C., et al. (2011). Condutas antissociais e delitivas e habilidades sociais em contexto forense. *Psicol. Argum.*, 29(66), pp. 383-399.

Schenker, M. & Minayo, M. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717.

Thompson, W. & Bynum, J. (2010). *Juvenile Delinquency: a sociological approach* (8ª ed). Boston: Allyn & Bacon.

Tomaz, L., et al. (2014). Motivação de mulheres para o primeiro contato com substâncias psicoativas. *Revista interdisciplinar*, 7(1), pp. 41-48.

Winstrom, P. & Treiber, K. (2009). Violence as Situational Action. *International Journal of Conflict and Violence*, 3(1), pp. 75-96.

Whiteside, L., et al. (2013). The overlap of youth violence among aggressive adolescents with past-year alcohol use- a latent class analysis: Aggression and victimization in peer and dating violence in an inner city emergency department sample. *Journal of studies on alcohol and drugs*, pp. 125-135.

World Health Organization. Disponível em: <<http://www.who.int/topics/violence/en/>>. [Consultado em: 20/11/2014].

Wright, L. & Palfai, T. (2012). Life goal appraisal and marijuana use among college students. *Addictive Behaviors*, 37, 797-802.

Anexos

Anexo I- Questionário *International Self-Report Delinquency*
Project (ISR-3)

Anexo II- Autorização de utilização dos resultados



Northeastern University

College of Social Sciences and Humanities
School of Criminology and Criminal Justice

Dr. Silvia Maria Vale Mendes Camões
Dr. Gloria Fernández-Pacheco
Portuguese ISRD Research Team

Boston, January 24 2015

Dear Colleagues:

As the Chair of the International Self Report Delinquency Study (ISRD3) Steering Committee, I am writing this letter to confirm that the data collected by the Portuguese ISRD3 research team will be merged with the data collected by the 35 other national research teams and be made available to the international research community. This is consistent with the policy in the ISRD agreement of collaboration (September 2012), as later expanded in the ISRD3 Prague 2014 Workshop agreement.

Please, let me know if you I can provide you with any additional information. I am very much looking forward to welcoming you in Tallinn.

Sincerely,

A handwritten signature in black ink that reads "Ineke Haen Marshall". Below the signature is a horizontal line.

Ineke Haen Marshall, PhD
Professor of Criminology and Sociology
Chair, Steering Committee ISRD3

Northeastern University
Boston, MA 02115 i.marshall@neu.edu

Anexo III- Parecer da Comissão de Ética

Anexo IV- Consentimento informado para menores de idade



Caro Encarregado de Educação,

Está em curso um estudo internacional sobre o comportamento social dos jovens - *International Self-Report on Delinquency*

— ISRD3. Trata-se de uma investigação em mais de 30 países sobre o comportamento social dos adolescentes, incluindo experiências de infração e vitimação, fatores de risco e proteção, e políticas públicas em torno destes fenômenos.

O Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Escola de Economia e Gestão, o Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC) e o Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos (DH-CII) da Universidade do Minho, em colaboração com a Universidade Fernando Pessoa, representam Portugal na 3ª edição deste estudo.

A primeira edição foi realizada nos anos 90 em 13 países e a segunda edição em 2006, em 31 países, ambas com a participação de Portugal. Em cada uma destas edições é realizado um relatório final do estudo para depois se proceder à comparação de resultados entre os países envolvidos. A comparação internacional sistemática dos resultados permite conhecer o comportamento social dos jovens das sociedades ocidentais e acompanhar a sua evolução. A compreensão das suas dinâmicas permite desenvolver estratégias e políticas concertadas de prevenção de comportamentos de risco e de delinquência.

Este estudo baseia-se num questionário anónimo, cujo preenchimento ronda os 30 minutos, dirigido a uma amostra aleatória mais de 5400 alunos portugueses dos 7^{os}--12^{os} anos de escolaridade, a responder dentro da sala de aula.

O estudo cumpre os requisitos éticos e deontológicos aplicáveis, assegurando-se a confidencialidade e anonimato dos dados dos alunos, bem como das escolas.

Tendo obtido a autorização necessária do Ministério da Educação, parecer favorável da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e do Estabelecimento de Ensino frequentado pelo seu filho(a), vimos, por este meio, solicitar a sua autorização para que o seu filho(a) possa participar neste inquérito, no âmbito da sua administração à turma em que se insere.

O estudo, o seu propósito e âmbito, serão explicados aos alunos, garantindo-se a sua compreensão do mesmo. A participação do seu filho(a) é, obviamente, voluntária. O questionário é anónimo: não é requerido ao seu filho(a) que se identifique, pelo que não será possível estabelecer qualquer associação entre ele(a) e as suas respostas. A informação obtida será usada unicamente e exclusivamente para fins de investigação académica. Estamos apenas interessados em conhecer o comportamento social dos jovens, enquanto grupo etário e não individualmente. Não será recolhida qualquer outra informação sobre o seu filho através da escola.

Em Portugal, esta investigação será realizada entre outubro e dezembro de 2015 e será coordenada pela Doutora Silvia Mendes, investigadora responsável e Diretora do CICP.

Caso pretenda obter informações adicionais, agradecemos que nos contacte por correio eletrónico para isrd3.cicp.um@gmail.com ou telefonicamente para o nº - 253 604574/001947. Se não tiver objeções à participação do seu educando no estudo em causa, solicitamos que preencha o destacável desta mensagem e que o faça chegar ao Diretor de Turma no dia a seguir à sua receção. Note bem: sem o seu consentimento expresso o seu filho(a) não poderá participar com os restantes colegas de turma nesta investigação.

A participação do seu filho(a) é muito importante para podermos compreender o comportamento social dos jovens portugueses e intervir de forma preventiva nos fatores que condicionam os comportamentos de risco.

Com os melhores cumprimentos,

Braga, 2 de outubro de 2015

Doutora Silvia . Vale Mendes



Campus de Gualtar

Escola de Economia e Gestão
Centro de Investeação em Ciência Política (CICP)

International Self Report on Delinquency 3 - ISRD

3 Entregar ao Diretor de Turma do seu educando

Eu, _____ autorizo que o meu educando
_____ participe no estudo ISRD3.

Assinatura: _____ (Encarregado de Educação)

Data: _____ de _____ de 2015

Anexo V- Consentimento informado para maiores de idade

Carta de Autorização dos Encarregados de Educação

Caro Encarregado de Educação,

Está em curso um estudo internacional sobre o comportamento social dos jovens - *International Self-Report on Delinquency – ISRD3*. Trata-se de uma investigação em mais de 30 países sobre o comportamento social dos adolescentes, incluindo experiências de infração e vitimação, fatores de risco e proteção, e políticas públicas em torno destes fenómenos.

O Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP) da Escola de Economia e Gestão, o Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), o Centro de Investigação em Psicologia (CIPSI) da Universidade do Minho, e o grupo de estudos em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa (UFP) do Porto, representam Portugal na 3ª edição deste estudo.

A primeira edição foi realizada nos anos 90 em 13 países e a segunda edição em 2006, em 31 países, ambas com a participação de Portugal. Em cada uma destas edições é realizado um relatório final do estudo para depois se proceder à comparação de resultados entre os países envolvidos. A comparação internacional sistemática dos resultados permite conhecer o comportamento social dos jovens das sociedades ocidentais e acompanhar a sua evolução. A compreensão das suas dinâmicas permite desenvolver estratégias e políticas concertadas de prevenção de comportamentos de risco e de delinquência.

Este estudo baseia-se num questionário anónimo, cujo preenchimento ronda os 30 minutos, dirigido a uma amostra aleatória mais de 2000 alunos portugueses dos 7º, 8º, 9º anos de escolaridade, a responder dentro da sala de aula. Um investigador ou assistente estará presente na sala de aula para explicar o objetivo do estudo e esclarecer eventuais dúvidas.

O estudo cumpre os requisitos éticos e deontológicos aplicáveis, assegurando-se a confidencialidade e anonimato dos dados dos alunos, bem como das escolas.

Tendo obtido a autorização necessária do Ministério da Educação e do Estabelecimento de Ensino frequentado pelo seu filho(a), vimos, por este meio, solicitar a sua autorização para que o seu filho(a) possa participar neste inquérito, no âmbito da sua administração à turma em que se insere.

O estudo, o seu propósito e âmbito, serão explicados aos alunos, garantindo-se a sua compreensão do mesmo. A participação do seu filho(a) é, obviamente, voluntária. O questionário é anónimo: não é requerido ao seu filho(a) que se identifique, pelo que não será possível estabelecer qualquer associação entre ele(a) e as suas respostas. A informação obtida será usada única e exclusivamente para fins de investigação académica. Estamos apenas interessados em conhecer o comportamento social dos jovens, enquanto grupo etário e não individualmente. Não será recolhida qualquer outra informação sobre o seu filho através da escola.

Em Portugal, esta investigação será realizada a partir entre março e junho de 2015 e será coordenada pela Doutora Silvia Mendes, investigadora responsável e Diretora do NEAPP. Um investigador ou assistente estará presente na sala de aula do seu filho(a) para explicar o objetivo do estudo e esclarecer eventuais dúvidas.

Caso pretenda obter informações adicionais, agradecemos que nos contacte por correio eletrónico para neapp@eeg.uminho.pt / gfpalises@ufp.pt ou telefonicamente para o nº 253 601 947 ou 225071300. Se tiver objeções à participação do seu filho(s) no estudo em causa, solicitamos que preencha o destacável desta mensagem e envie para ISRD3, NEAPP, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga, PORTUGAL, ou que nos contacte por correio eletrónico para neapp@eeg.uminho.pt / gfpalises@ufp.pt, informando da sua oposição, até 15 de março de 2015.

A participação do seu filho(a) é muito importante para podermos compreender o comportamento social dos jovens portugueses, e intervir de forma preventiva nos fatores que condicionam os comportamentos de risco.

Porto, 1 de março de 2015

Com os melhores cumprimentos,



Doutora Gloria Alises Fernandez-Pacheco
(investigadora responsável na UFP- Porto)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Designação do Estudo (em português):

International Self-Report on Delinquency – ISRD3

Eu, abaixo-assinado (nome completo) -----

-----,
responsável pelo participante no projecto (nome completo) -----

-----, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da sua participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que será incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a sua participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

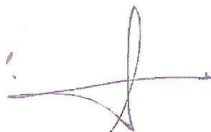
Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/_____/20__

Assinatura do Responsável pelo participante no projecto: _____

O Investigador responsável:

Nome: Doutora Gloria Alises Fernandez-Pacheco (investigadora responsável na UFP- Porto)



Assinatura:

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa